

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

JAIME EDUARDO ZANETTE

DOS ENIGMAS DA INFÂNCIA:
transexualidade e tensionamentos dos *scripts* de gênero

Porto Alegre

2016

JAIME EDUARDO ZANETTE

DOS ENIGMAS DA INFÂNCIA:

transexualidade e tensionamentos dos *scripts* de gênero

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Jane Felipe

Porto Alegre

2016

Dedico este trabalho a todos aqueles que admiram a diversidade humana e que se encantam com a felicidade de uma criança.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério de Educação que, ao disponibilizar esta formação continuada para os professores atuantes em escolas públicas, me possibilitou realizar este curso de aperfeiçoamento profissional.

A todas as professoras do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, com seus ensinamentos, fizeram com que eu repensasse minha prática pedagógica e me posicionasse cada vez mais em prol da qualidade da Educação Infantil das nossas crianças.

Dedico um agradecimento especial à minha orientadora Jane Felipe, professora pela qual tenho extrema admiração e que me inspira a refletir e problematizar cada vez mais as questões de gênero e sexualidade nas infâncias. Também enfatizo o meu ‘muito obrigado’ aos professores que aceitaram o convite para compor a banca, trazendo sua gama de conhecimento para qualificar a minha produção.

Aos entrevistados e as entrevistadas que contribuíram e foram fundamentais para a composição desta pesquisa, através de suas narrativas, tão íntimas, tão pessoais e tão tocantes. Agradeço imensamente pela confiança e pelo envolvimento, afinal interpreto tais relatos como tesouros que todos deveriam ter acesso para a construção de uma sociedade melhor.

À Isis, minha irmã/meu presente. Obrigado por existir na minha vida: fazendo-me mais feliz a cada curiosidade e descoberta que és capaz de fazer, sendo essa princesa que rompe estereótipos, que salva príncipes, brinca com carrinhos, bonecas e transforma gravetos em fortes espadas. Que possamos brincar, ler e construir muitas e muitas histórias juntos.

À minha namorada, Janaina, pelo carinho, atenção e amor, mostrando-me o quanto sou capaz. Agradeço também pela companhia nas problematizações que realizamos sobre as temáticas relacionadas à educação e especialmente pelas brincadeiras e risos que tornam as nossas vidas mais leves.

Aos meus pais, pelo amor e pela dedicação que fizeram com que me tornasse na pessoa que sou e pelo incentivo e ajuda que me possibilitam conquistar tudo aquilo que desejo.

À minha avó, tios, primos, amigos e colegas por toda a ajuda que prestaram de diferentes maneiras, mas todas elas contribuindo para que eu fortalecesse e conseguisse seguir meu caminho.

Aos meus colegas e amigos da Especialização, em especial a Lili, Rose, Lutero que viveram comigo a maratona de semanalmente viajar de Novo Hamburgo a Porto Alegre. Aproveito para ressaltar também minhas queridas colegas Priscila, Érica e Fernanda, que viveram a aventura de aprendizagens construídas ao longo das nossas pesquisas guiadas pela mesma orientadora.

[...] Torna-se impossível ignorá-los. Paradoxalmente ao se afastarem, fazem-se ainda mais presentes. Não há como esquecê-los. Suas escolhas, suas formas e seus destinos passam a marcar fronteira e limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado. Mais do que isso, ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e de sexualidade precisamente nesses espaços, na resistência e na subversão das “normas regulatórias”, eles e elas parecem expor com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas”. (LOURO, 2008, p.18).

RESUMO

Este estudo busca discutir e tencionar a construção dos *scripts* de gênero nas infâncias, em especial no que se refere à transexualidade. Reitera-se a importância de aprofundarmos os temas que dizem respeito à construção das identidades no âmbito da formação docente em Educação Infantil. Para tanto, valho-me do aporte teórico dos Estudos de Gênero, de inspiração pós-estruturalista, dos Estudos *Queer* e demais estudos que abordam as questões do universo “trans”. O presente trabalho tem por objetivo perceber as situações que estão em jogo na Educação Infantil quando o assunto se refere à constituição de gênero e sexualidade das crianças, especialmente em relação ao tema da transexualidade. Ou seja, em que medida os comportamentos infantis podem ser interpretados como possíveis manifestações de transexualidade nesse período. A metodologia utilizada foi a da entrevista-narrativa com três mulheres trans e três homens trans. (ANDRADE, 2008). Para analisar o material empírico, o investimento se deu especialmente nos estudos de Santos (2012), Bento (2008), César (2009), Felipe, Guizzo e Beck (2013), Reidel (2013), Silva e Oliveira (2015). A partir desse movimento analítico, foram levantadas duas categorias que emergiram das narrativas: *“Por que eu era um assunto a não ser tocado”*: discutindo crianças, infâncias e transexualidade; *As hipóteses sobre o corpo e o desejo de apagamento das marcas do biológico*; e *“Todos os dias tem aula de gênero”*: das (in)possibilidades na escola à construção de uma rede (in)formativa. Através da análise se pode perceber que a transexualidade é uma expressão identitária de caráter contingente que sofre constantemente regulações heteronormativas de ordem social e familiar. Também foi possível constatar o quanto a escola de Educação Infantil é um ambiente generificado, onde a norma de gênero em uma vertente binária se instala, vigiando e regulando os corpos infantis. Assim, as redes de (in)formação aparecem como uma proposta que envolve a ampliação de conhecimento das famílias e educadoras/es que atuam diretamente com as crianças, possibilitando práticas de valorização da diversidade e de liberdade de expressão para as infâncias.

Palavras-chave: Infâncias. Transexualidade. *Scripts* de gênero. Educação Infantil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 PARA INICIARMOS A REFLEXÃO.....	10
2 CORPOS, GÊNERO E SEXUALIDADES: ESTUDOS QUEER E POLÍTICA IDENTITÁRIA PARA OS SUJEITOS ABJETOS	14
3 METODOLOGIA: (RE) ELABORANDO ROTAS PARA PERCORRER	27
3.1 DELINEANDO OS PRIMEIROS PASSOS	27
3.2 MARCANDO O MAPA E LANÇANDO-SE PELOS CAMINHOS	29
4 TRANSEXUALIDADE E INFÂNCIAS: DA COMPLEXIDADE DOS CAMINHOS.	32
4.1 “PORQUE EU ERA UM ASSUNTO A NÃO SER TOCADO”: DISCUTINDO CRIANÇAS, INFÂNCIAS E TRANSEXUALIDADE	33
4.2 AS HIPÓTESES SOBRE O CORPO E O DESEJO DE APAGAMENTO DAS MARCAS DO BIOLÓGICO	42
4.3 “TODOS OS DIAS TEM AULA DE GÊNERO”: REESCREVENDO OS <i>SCRIPTS</i> E CONSTRUINDO DE UMA REDE (IN)FORMATIVA NA ESCOLA	46
5 PERCORRENDO OS ENIGMAS DAS INFÂNCIAS:.....	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista	60
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	61

APRESENTAÇÃO

Menino que se sente menina? Menina que se sente menino? Estes sujeitos estão em corpos errados? Como a escola trabalha com essas questões? Como foi a infância de sujeitos adultos que vivem nessa condição?

Valendo-me do pressuposto apontado por Larrosa (2011), Maria Isabel Edelweiss Bujes (2002) e Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo e Dinah Quesada Beck (2013) de que o conceito de infância é algo que nos escapa, resolvi operar com tais concepções juntamente com as teorizações sobre a transexualidade, em especial quando esta se manifesta desde a mais tenra idade.

Dessa forma, me valho do termo enigma¹ baseado no sentido etimológico de tal palavra que sustenta a perspectiva de Jorge Larrosa (2011). Assim, acredito que discutir infância e transexualidade é transitar por conceitos contingentes, provisório, obscuros e escorregadios que tencionam a concepção enigmática da(s) infâncias oportunizando um exercício investigativo em constante movimento que se propõe a analisar a complexidade dos sujeitos.

Portanto, buscando apoio teórico nos Estudos de Gênero, Sexualidade e nos Estudos *Queer*, a partir da vertente pós-estruturalista, me proponho, a partir dos relatos de sujeitos trans sobre suas infâncias e a relação com a escola, a analisar a importância de discutirmos esses temas na formação docente na Educação Infantil. Para isso, realizei entrevistas narrativas com três mulheres trans e três homens trans a fim de conhecer um pouco mais da complexidade que envolve a construção das identidades de gênero desses sujeitos desde a infância.

A fim de organizar, dividi o trabalho em quatro capítulos.

O primeiro, intitulado *Para iniciarmos a reflexão*, apresento a justificativa desta investigação, articulada ao relato sobre minhas considerações acerca do tema. Após construir a problematização, apresento meu problema de pesquisa.

No segundo capítulo, *Corpos, gênero e sexualidades: os Estudos Queer e a política identitária para os sujeitos abjetos*, realizo uma revisão teórica sobre os temas abordados em

¹ Palavra que deriva do Latim *aenigma*, do Grego *ainigma de ainíssensthai*: “Falar em sentidos ocultos”, de *ainos*, “dito, conto, discurso”.Etimologicamente, a palavra teve origem na década de 1620, a partir do latim *aenigmaticus* e do grego *ainigmatikós*. A palavra enigmático tem como base o vocábulo **enigma**, que segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2010) significa “*jogo de espírito em que se propõe a decifração de uma coisa que é descrita em termos obscuros, ambíguos*” e no sentido figurado refere-se à “*frase obscura / coisa difícil de definir, de conhecer a fundo, de compreender*”

minha pesquisa. Para isso, estudo de que forma vão se constituindo os *scripts* de gênero desde a infância e as marcas que as questões de corpo, gênero e sexualidade fazem nesse processo. Além disso, discuto os conceitos de transexualidade, criança e infância.

No terceiro capítulo – *Metodologia: (re) elaborando rotas para percorrer* –, descrevo a proposta metodológica construída, detalhando os (des) encontros que envolveram a investigação. Apresento os sujeitos da pesquisa e o aporte teórico que sustenta o método de pesquisa: a entrevista narrativa.

No capítulo 4, *Transexualidade e infâncias: da complexidade dos caminhos*, apresento as análises que este estudo me permitiu fazer, a partir das entrevistas narrativas e as teorizações a respeito do tema. Portanto as categorias de análise são as seguintes: “*Porque eu era um assunto a não ser tocado*”: *discutindo crianças, infâncias e transexualidade*; *As hipóteses sobre o corpo e o desejo de apagamento das marcas do biológico*; e “*Todos os dias tem aula de gênero*”: *das (im)possibilidades na escola à construção de uma rede (in)formativa*.

O capítulo final, intitulado *Percorrendo os enigmas das infâncias*, retomo as principais considerações que a pesquisa me permitiu desenvolver, apontando para a importância de investirmos na formação docente para que equívocos e discriminações não sejam cometidos contra crianças, por conta de suas identidades de gênero e/ou sexuais.

1 PARA INICIARMOS A REFLEXÃO

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui nem eira nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pelas simples lei penal: a repressão funciona de certo, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que em tudo isso, não há nada para dizer nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 2015, p.8).

A partir da perspectiva foucaultiana, pretendo nesse estudo, estabelecer uma discussão sobre o tema da transexualidade e infâncias, ressaltando a importância dessas imbricações para a formação docente. Este trabalho pretende, portanto, trazer para nossa agenda de reflexões no campo da educação infantil uma temática que em geral é ignorada ou ainda tratada com repressão: a construção dos *scripts* de gênero e, dentro desse complexo movimento, a transexualidade e suas manifestações na infância. (FELIPE; GUIZZO, 2016). As relações de poder também se manifestam nessa construção, em busca de legitimar determinadas identidades. Como refere Guacira Louro (2008, p. 28)

O embate por si só merece especial atenção de estudiosos/as culturais e educadores/as. Mas o que o torna ainda mais complexo é a contínua transformação e instabilidade. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexualidade se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiados em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Nesse sentido, me atento, enquanto educador e pesquisador, a investigar e problematizar exatamente esses sujeitos que vivem na fronteira. Quem são eles? O que têm a nos ensinar? Como a escola convive com eles? Como vivenciaram as imposições de gênero na infância?

Assim, o presente estudo busca compreender tais interrogações, na medida em que vai se apropriando dos estudos que tangem a infância e suas expressões de gênero e sexualidade, procurando entender com maior propriedade o processo de transexualidade e suas manifestações na infância. Cabe destacar que a(s) infância(s) é (são) e continua sendo um campo que ainda requer muitos estudos a serem desenvolvidos. Os fatores históricos, sociais e culturais refletem fortemente a ideia que temos acerca desse período da vida dos sujeitos. Como Bujes (2002) enfatiza em sua obra “Infância e Maquinarias”, a constituição das identidades infantis se insere em um amplo processo de construção do sujeito moderno. Dessa

forma, em virtude, do tempo histórico, da classe social, dos discursos expressos pelos indivíduos, os significados de infância variam, não sendo únicos e estáveis. Dentro desse contexto, é importante ressaltar, que a escola de educação infantil é compreendida como uma instituição que faz parte de uma tecnologia política de regulação da população com o intuito de controlar e normatizar. Portanto, faz-se importante analisar em que medida esse espaço cumpre seu papel na formação/regulação desses *scripts* de gênero² impostos às crianças, e quais os pressupostos de gênero e sexualidade que atravessam o ambiente escolar e operam na constituição identitária dos indivíduos. Consequentemente, conforme apontam as pesquisadoras Jane Felipe, Bianca Salazar Guizo, Dinah Quesada Beck (2013, p. 19), é importante:

[...] produzir pesquisas que articulem infância, gênero e sexualidade, compreendendo tais conceitos como construções sociais, culturais e históricas. Em razão disso, as compreensões que giram em torno desses conceitos são provisórias, instáveis podendo ser reconstruídas/reconfiguradas de acordo com determinados conceitos.

Valendo-se de tal necessidade e dada à perspectiva pós-estruturalista de que as infâncias, assim como as identidades de gênero e as identidades sexuais devem ser percebidas em toda a sua complexidade e que por isso muitas vezes que nos escapam, resolvi investir em uma pesquisa que pudesse compreender um pouco mais acerca de tais conceitos, especialmente os que se referem à categoria de crianças que fogem das normas binárias. Tais normas em torno da construção das masculinidades e feminilidades ditam padrões de comportamento, gostos, sentimentos, pautadas numa concepção heteronormativa, isto é, a partir de uma imposição em que a heterossexualidade é tida como a norma, o destino “natural”, como se isso fizesse parte da “essência” dos indivíduos.

Assim, se estamos discutindo acerca da formação de identidades que são caracterizadas com expressões, logo somos sujeitos de identidades múltiplas, fazendo-se necessária a investigação profunda das situações que nos interpelam. Portanto, as questões principais de pesquisa aqui colocadas são as seguintes: quais são as situações que estão em jogo na Educação Infantil quando o assunto é a constituição de gênero e sexualidade das crianças? Em que medida a transexualidade pode se manifestar na infância e de que forma ela pode ser compreendida ou confundida com as posições de sujeito proposta para o masculino ou feminino?

² Termo utilizado por Felipe e Guizzo (2016) para problematizar acerca das prescrições que são construídas culturalmente definindo e regulando formas de constituição do masculino e feminino. Tal terminologia será explorada de forma mais detalhada na página dezenove.

Abordo o tema da transexualidade na infância por perceber que tal assunto ganha cada dia mais a pauta de discussão da nossa sociedade. As mídias, seguidamente abordam reportagens que retratam a vida de transexuais famosos, como o pequeno John, filho do casal de atores hollywoodianos Brad Pitt e Angelina Jolie, que nasceu menina e foi batizada com o nome de Shiloh.

Em nosso país, venho acompanhando o caso de Thammy Miranda, que divulgou nas redes midiáticas que desde criança se via como um menino. Tammy recentemente submeteu-se a uma cirurgia de retirada das mamas e também publicou um livro narrando sua trajetória de vida, o que causou grande repercussão no Brasil. Também muito recentemente (mais precisamente no dia 28 de janeiro do ano de 2016) a justiça do Mato Grosso determinou, após um amplo trabalho que envolveu a mídia e especialmente o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual daquela região, a mudança de nome e de gênero para o feminino nos documentos de uma criança transexual de nove anos de idade.

Certamente todas essas histórias não são exclusivas de personalidades que convivem com o meio televisivo e cinematográfico. Mas onde estão essas crianças? Como estão inseridas no ambiente escolar? Como são encarados pelos demais dentro da escola?

Partindo dessa interrogativa, acrescido dos estudos acerca de gênero e sexualidade, oriundos da vertente pós-estruturalista, em especial dos estudos sobre transexualidade e dos Estudos *Queer*, acredito ser pertinente uma análise mais profunda sobre essas crianças que não correspondem às normas pré-estabelecidas em relação às expectativas de gênero. Vivemos ainda atravessados por vários discursos – o discurso científico, em especial o discurso médico, o discurso psicológico, o discurso jurídico, o discurso religioso -, cristão, ocidental, branco. Tais discursos, cada um à sua maneira, veiculam concepções normalizantes, pautados muitas vezes em concepções distintas sobre o masculino e o feminino. Desses dois corpos se produz com base na biologia o gênero masculino e feminino conforme as concepções sociais, históricas e culturais.

Os protagonistas dessa política ousam se assumir diferentes, e aqui me interessam particularmente, aqueles e aquelas que se assumem como diferentes no gênero e na sexualidade. Esses sujeitos desafiam muito particularmente os educadores e educadoras (acostumados a disciplinar e normalizar) e eles parecem ter se multiplicado na pós-modernidade. (LOURO, 2007, p.12).

Sendo assim, me proponho nesse estudo, aprofundar-me nos conceitos dos *Estudos Queer* e da transexualidade para perceber a (in) existência de uma identidade de infância trans³.

³Amparo-me em Jaqueline Gomes de Jesus (2012) para adotar politicamente o termo trans com a intenção de me referir às crianças e infâncias que venho a investigar. Aproveito para enfatizar que as demais pesquisas estudadas sobre o tema como as de Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2012); Berenice Bento (2008); Maria Rita de Assis César (2009); Jane Felipe (2012); Marina Reidel (2013); Alexander Lima da Silva e Adélia Augusta Souto de Oliveira (2015) utilizam a terminologia de transexual/ transexualidade/ transexualização, o que mantereí fielmente tendo em vista todo o potencial de cada investigação para demonstrar as nuances de significados que cercam tais termos.

2 CORPOS, GÊNERO E SEXUALIDADES: ESTUDOS QUEER E POLÍTICA IDENTITÁRIA PARA OS SUJEITOS ABJETOS

A viagem transforma o corpo, o “caráter”, a identidade, o modo de ser e de estar... Suas transformações vão além das alterações na superfície da pele, do envelhecimento, da aquisição de novas formas de ver o mundo, as pessoas e as coisas. A mudança da viagem podem afetar corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele). (LOURO, 2008, p.15).

Com a intenção de me aprofundar na proposta investigativa, mergulho nessa “viagem” buscando estruturar os conceitos que norteiam a minha pesquisa. Guacira Lopes Louro (2008), quando traz a metáfora da viagem em sua obra, nos convida a cambiar e aproveitar os movimentos de idas e vindas primando por reflexões acerca de desvios e retornos que permitem avaliar com maior amplitude a temática que me inquieta.

Primeiramente, com o apoio teórico produzido por Tomaz Tadeu da Silva (2013), Stuart Hall (2011) e Kathryn Woodward (2013) buscarei discutir o conceito de identidade. Aproveito para ressaltar que os autores e a autora questionam a noção universal, essencial e trans-histórica de identidade. Os estudiosos e a estudiosa mostram que, atualmente, em função dos processos históricos, e das mudanças no mundo globalizado, podemos perceber uma “crise identitária” global, local, pessoal e política, que está relacionada com a marcação da diferença. Conforme Woodward (2013, p. 40), “a marcação da diferença é crucial no processo da construção das posições de identidade”.

Tais posições, por sua vez, são alicerçadas no conceito de norma. François Ewald (2000), apoiando-se em Michel Foucault⁴, explica que a norma é um princípio de comparação, uma medida comum, que tem como base a análise a partir de si própria. Nesse contexto, é importante refletir sobre quem está na norma (normal) e quem está às margens dela (anormal), e que representações são construídas nesse processo de construção das posições de identidade.

Conforme Silva (2013), a representação é uma forma de atribuição de sentidos e está ligada às relações de poder. Quando se nomeia e se descreve um sujeito, estamos mobilizando

⁴ Como argumenta Foucault (2000), o poder da norma aparece através das disciplinas desde o século XVIII. O poder de normalização institui um conjunto de práticas que serão colocadas em ação em diferentes instituições disciplinares: escolas, prisões, hospitais, fábricas... Esse poder é mais anônimo e funcional, uma vez que, ao mesmo tempo, opera com uma medida comum que permite homogeneizar e diferenciar, incluir e excluir, classificar e normalizar. Os indivíduos são cada vez mais individualizados por fiscalizações, observações, medidas comparativas, desvios. Essa individualização normativa não tem exterior, o que significa dizer que a norma integra tudo. Nada nem ninguém estão fora da norma, ainda que ela institua polaridades. Cada indivíduo é transformado num caso para si. Ainda que o anormal seja o polo oposto ao normal, ele não está fora da norma.

recursos que dão significado àquele indivíduo. Nas palavras do pesquisador, “a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.” (SILVA, 2013, p. 91). Portanto, compreendo que a representação está estritamente envolvida com a produção de identidades e diferenças, por meio de um sistema de significação que fixa sentidos para determinado grupo ou sujeito.

O autor explica, ainda, que o sujeito que é (está sendo) representado não é alguém passivo nesse sistema de significação. Afinal, há uma rede de relações que define a identidade, pois para Silva (2013), aquele considerado o outro desestabiliza a estrutura da nossa própria identidade. Mas quem é esse outro? O autor responde: “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente.” (SILVA, 2013, p. 97).

Frente ao conceito de identidade, podemos perceber sua importância para a construção dos argumentos que estou a propor, afinal, isso me ajuda a compreender que a identidade sexual ou de gênero também é representada e pode ser, às vezes, nomeada como o ‘outro’.

Dessa forma, para potencializar ainda mais a discussão, recorro às contribuições de Foucault (2015), quando salienta que as contínuas transformações dos últimos três séculos causaram uma verdadeira explosão discursiva no que diz respeito ao sexo. Através do estudo que o filósofo francês desenvolveu as temáticas de corpo, sexualidade, discurso e poder tornam-se sólidas para uma investigação que prima pelas questões identitárias dos indivíduos. Afinal, a história da sexualidade, na perspectiva foucaultiana, retrata os discursos sobre a sexualidade, que apontam como a sexualidade é construída e que incitam de forma modeladora (através das relações de poder e impressas nos discursos) as formas que pensamos e conhecemos o corpo. Louro (2008), ainda destaca que a sexualidade tornou-se nos últimos tempos efetivamente ‘uma questão’, na medida em que os cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos e educadores passaram a dedicar seu olhar para esse tema.

Jeffrey Weeks (1999, p. 51), recorrendo às teorizações foucaultianas, salienta que o período moderno é formado por uma sociedade disciplinar que vigia e controla os corpos por meio das relações de poder. Mais do que vigiar é preciso construir um sistema capaz de moldar (sujeitar), o indivíduo passivo, útil e disciplinado. Por isso, Weeks (1999, p. 51), ainda sugere:

O poder não deve ser visto como uma força negativa que atua na base da proibição ('não deverás'), mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida ('você deve fazer isso ou aquilo'). Trata-se do que ele denomina "bio-poder"; e a sexualidade tem aqui um papel crucial. Pois o sexo é o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve: o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto a vida da espécie.

Assim, os comportamentos da população e os corpos individuais são regulados por tais discursos. Dessa forma, a regulação social cria as posições de sujeito e através desse viés, que se instaura o conceito da heteronormatividade. Ou seja, uma norma que confere poder àqueles indivíduos que se relacionam com o sexo oposto como estratégia de mecanismo de continuidade da espécie, o que desencadeia na exclusão dos homossexuais. Para potencializar a análise desse processo de institucionalização heteronormativa e de definição desses dois termos modernos da sexualidade (heterossexualidade e homossexualidade) me valho dos conceitos de Weeks (1999, p. 61) quando ressalta:

[...] Será sem dúvida, uma surpresa para muitas pessoas saber que uma definição mais aguda de "heterossexualidade" como sendo a norma foi forçada precisamente pela tentativa de definir a "homossexualidade", isto é, a forma "anormal" de sexualidade, mas os dados de que agora dispomos sugerem que foi exatamente isso que ocorreu.

Forjado na ordem da 'anormalidade', embora tenha existido em todos os tempos e configurações sociais, a homossexualidade se institucionalizou a partir do século XIX, tornando-se uma categoria científica e tecnológica. Mesmo inicialmente tendo construído a ideia de uma natureza diferente ou natureza homossexual, também possibilitou a expansão de novas perspectivas médicas e psicológicas.

Sei que os movimentos homossexuais emergiram das subculturas urbanas marcando assim as relações de resistência à norma, configurando o que Foucault denomina como "jogos de poder". Louro (2008) traça um histórico do movimento homossexual que 'nasceu' na clandestinidade e veio marcando uma política de diversidade identitária.

De acordo com a pesquisadora, nos anos 70 os grupos homossexuais passam a se organizar, promovendo discussões acerca da homossexualidade. Países como Estados Unidos e Inglaterra, começam a publicar artigos em jornais, revistas, panfletos. A temática também passa a ser expressa nas artes e no teatro. O Brasil, por sua vez, também começa a ter a homossexualidade expressa nas artes e na publicidade. Alguns artistas ainda investem numa ambiguidade sexual com a intenção de problematizar mais ainda. No ano de 1975, emerge o Movimento de Libertação Homossexual em nosso país, fomentado, entre outros, por

intelectuais exilados/as durante a ditadura e que traziam suas inquietações e experiências militantes do exterior.

Assim sendo, passam a aparecer duas formas de luta nesse processo de militância: para alguns, reivindica-se a integração social (integração em uma sociedade múltipla, talvez andrógina e polimorfa), enquanto para outros/as, a separação e a construção de uma comunidade e cultura próprias.

No final da década de 70, aos poucos vai se construindo a ideia de comunidade homossexual. Gays e lésbicas passaram a buscar uma transformação do sistema. Eles passaram a ser representados como um grupo minoritário, que buscava a igualdade de direitos na ordem social existente da época. Dessa forma, afirmava-se uma identidade homossexual, o que implicava uma escolha pessoal e política. Afinal, a homofobia propagou imagens que contrapuseram as representações positivas da homossexualidade. As produções científicas internacionais acerca da política identitária homossexual ganha maior expansão. O Brasil, por sua vez, começa a potencializar com maior ênfase a temática na academia a partir dos anos 80.

Tal busca por unificação, aceitação e integração dos homossexuais no sistema social e na política de uma identidade, passa a acentuar algumas tensões e críticas.

[...] Tensões e críticas internas já se faziam sentir. Para muitos (especialmente para grupos negros, latinos e jovens) as campanhas políticas estavam marcadas por valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideias convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias relativamente às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais, essa política de identidade era excludente e mantinha uma condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários “subgrupos”, o que estava sendo posto em xeque, nesses debates era a concepção de homossexualidade unificada que se vinha conquistando na base de tal política de identidade. (LOURO, 2008, p. 34-35).

Em meio a tal crise, o surgimento da AIDS trouxe consigo novas configurações e enfrentamentos para tal política. Afinal, a homofobia intensificou a discriminação, inclusive intitulado a doença como “o câncer gay”. Todavia, cabe destacar que em meio a tudo isso, houve o surgimento de redes de solidariedade, que aliaram os indivíduos não necessariamente por sua identidade. O combate à doença passou a trazer um discurso menos focado na ideia de identidade, mas nas práticas sexuais.

Em termos globais, multiplicam-se os movimentos e seus propósitos: alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e legitimação, buscando sua inclusão em termos igualitários, ao conjunto da sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo é alimentada por elas. (LOURO, 2008, p.37).

Dessa forma, torna-se cada vez mais evidente a concepção de que há uma diversidade de identidades homossexuais, o que implica distintas concepções, de forma muitas vezes conflituosa. Seus arranjos precisam conviver dentro da nossa cultura heteronormativa e hierárquica. Como diz Weeks (1999, p.70) “[...] a sexualidade é tanto um produto da linguagem e da cultura, quanto da natureza. [...]”. O autor, ainda estrutura que na identidade sexual há diferentes ênfases⁵ e ressalta que no mundo moderno que prima por uma sexualidade “verdadeira” a escolha identitária torna-se um exercício político.

Porém, em meio a essas variadas expressões e movimentos em prol de uma política identitária que lutava por reconhecimento e legitimação, surgiu a vertente dos Estudos *Queer* que veio primando por uma política da pós-identidade (LOURO, 2001). Dessa forma, as reflexões e críticas estabelecidas pelos movimentos gay e lésbico feminista possibilitaram um novo olhar para a constituição identitária dos sujeitos, na medida em que buscavam romper com uma definição uniforme de identidade homossexual. Assim, os Estudos *Queer* são encarados como uma política da diferença, na medida em que problematiza a visão de identidade de caráter fixo e único.

Vale destacar, que o termo *Queer* é oriundo dos países de língua inglesa, significa estranho, esquisito. O termo foi utilizado como forma pejorativa para expressar a homofobia, definindo os indivíduos que cruzavam a fronteira da heteronormatividade. Contudo, os movimentos homossexuais e a produção intelectual por volta do ano de 1990, passam a utilizar o termo ‘transformando’ sua carga negativa e de deboches em um objeto de contestação e de produção teórica.

Analisando, pela perspectiva de Foucault (2013) percebo que o movimento da teoria queer demarca uma relação com os efeitos do poder. Afinal, assim como existem estratégias de poder há também estratégias de luta e resistência. Mario César Lugarinho (2010, p.67)

⁵ O pesquisador analisa a expressão da identidade sexual por meio de quatro ênfases. São elas: “A identidade como destino” que pauta a biologia como destino da nossa sexualidade. A “identidade como resistência” vista como uma expressão dos indivíduos marginalizados que problematizam o princípio organizacional de atitudes sexuais tradicionais. Já a concepção de “identidade como escolha” aponta que não há uma conexão entre comportamento e identidade sexual.

pontua que os jogos de poder podem ser exemplificados através da conversão do termo queer. Portanto, “[...] o processo de apropriação do termo resultou numa ressignificação expressiva, dando um novo estatuto aos indivíduos identificados a partir de uma sexualidade excêntrica que se convertia em sujeito e objeto da produção de conhecimento”. [...]

Louro (2011b) considera, em sua obra, que os Estudos *Queer* são uma vertente bem importante do pensamento contemporâneo ocidental, colocando em xeque as noções de sujeito, identidade, identificação. Jimena Furlani (2011, p.36), por sua vez, pontua que os Estudos *Queer* devem ser entendidos como uma política de conhecimento cultural que busca criticar e rejeitar qualquer expressão de norma. Portanto, tal problematização “[...] se presta tanto às discussões sexuais (que a originaram) quanto às questões raciais, étnica, colonial, de gênero, geracional”.

O primeiro alvo dessa vertente, sustentada pela teórica Judith Butler, é a crítica ao conceito de identidade baseada na relação sexo-gênero-sexualidade. Para a referida autora, a partir do momento em que se declara que um bebê “é menina” ou “é menino”, se instaura uma lógica normativa de que o sexo da criança vai determinar o seu gênero e ‘consequentemente’, em uma sociedade heteronormativa, esse sujeito terá que se relacionar com alguém de sexo diferente do seu.

Sendo assim, na intenção de compreender essa lógica e desdobrá-la no contexto social e educacional, torna-se válido retomar o que já foi introduzido no início deste capítulo para discutir com maior profundidade os conceitos de *scripts* de gênero e *scripts* sexuais, elaborados por Felipe e Guizzo (2016, no prelo).

A ideia de *scripts* nos parece potente para pensar criticamente todas as prescrições que nos são impostas desde o nascimento (ou mesmo antes dele), em função de sermos designados como machos ou fêmeas. Tais expectativas das mais diversas ordens vão sendo tecidas e muito bem tramadas (ou amarradas) ao longo das nossas vidas – pela família, pela religião, pela escola e demais instituições e pelos mais variados discursos -, dizendo-nos como devemos ser e nos comportar. Apesar de se pretenderem hegemônicos, tais roteiros que vão sendo construídos minuciosamente dia a dia, sempre podem sofrer inúmeras negociações, recusas ou adesões, sejam elas totais ou parciais. Cientes de que os conceitos sempre escorregam, são provisórios e não dão conta da complexidade dos sujeitos [...] Poderíamos então entender os *scripts* de gênero e os *scripts* de sexualidade como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo escrever seus próprios *scripts*.

Portanto, os *scripts* de gênero se referem às atribuições que são/estão sendo culturalmente definidas como masculino e feminino, produzindo assim diferenças, que se

desencadeiam na constituição corporal, nas expectativas que temos em torno desse corpo e como o vemos. Cabe destacar, que tais significados são constituídos nas relações de poder e através de minuciosas técnicas de vigilância e regulação. Como lembra Felipe e Guizzo (2016), desde muito cedo as crianças vão compreendendo ‘o que é ser menino ou menina e o que é permitido a cada um/a’, afinal desde que nascem os bebês já recebem marcas que os identificam a partir das expectativas de gênero presentes na cultura. As roupas, as cores (seja do vestuário ou da decoração dos quartos), os acessórios como laços, brincos e pulseiras são alguns exemplos de marcadores da generificação. As brincadeiras, também se constituem como marcas dessa expressão identitária. Atualmente, muito se tem questionado a respeito das identidades de gênero e suas expressões, entendendo que estas estão vinculadas e submetidas a determinados jogos de poder.

Segundo Felipe (2012), as identidades sexuais dizem respeito ao campo afetivo-sexual, ou seja, a forma como os sujeitos vivenciam seus prazeres e desejos corporais, estabelecendo assim relações de afeto e/ou de interesse sexual para com os outros indivíduos, sejam eles do mesmo sexo (homossexuais), de ambos os sexos (bissexuais), do outro sexo diferente do seu (heterossexuais).

Outro ponto importante em relação à tríade sexo-gênero-sexualidade, diz respeito a outras identidades consideradas transgressoras, tais como: os sujeitos intersex (antigamente denominados de hermafroditas), as transexuais e as travestis. No primeiro caso, trata-se de um indivíduo que nasceu com genitália ambígua, tendo características dos dois sexos biológicos. A pesquisa de Paula Sandrine Machado (2008) mostra a relação médico-paciente-famílias quando se trata de bebês intersex. Para ela, os médicos são ávidos em definir o sexo dos bebês através de uma cirurgia. Tal fato evidencia a dificuldade em se pensar e conviver com a ambiguidade.

Já as travestis fazem questão de viver na fronteira, ao assumirem e se identificarem com características físicas, sociais e culturais do outro gênero, o que não significa a negação do seu genital.

Para entender a transexualidade é preciso reconhecer a complexidade existente em torno dos scripts de gênero rigidamente estabelecidos no âmbito da sociedade e da cultura que esta produz. Chamamos de transexuais aquelas pessoas que não se sentem alinhadas ao sexo e às expectativas de gênero que lhes foram atribuídas por ocasião do nascimento. Meninos ou meninas que não se reconhecem nesse corpo de nascimento e não se alinham às expectativas socialmente estabelecidas para o gênero que lhes foi atribuído (FELIPE; GUIZZO, 2016). Com o passar do tempo e de acordo com seus desejos, os sujeitos transexuais vão operando

mudanças corporais (colocação de seios, no caso de mulheres trans ou extirpação dos meios, no caso de homens trans, utilização de hormônios, etc.), na tentativa de se sentirem alinhados ao gênero com o qual se sentem identificados. Portanto, tais transformações são apenas uma consequência desse sentir-se⁶, como observa Felipe (2012, p. 54):

[...] Refiro-me as transexuais que nascem com um sexo biológico, mas que se sentem emocionalmente pertencentes a outro sexo (pessoas que nasceram homens, mas se sentem mulheres e vice-versa). Nesse caso, as transformações corporais que passam a empreender sobre si mesmos são uma mera consequência desse sentir-se.

Bento (2008) aponta que a transexualidade, a travestilidade, transgênero, e ainda posso acrescentar a intersexualidade, como divergências com as normas de gênero, ou seja, são sujeitos que cruzam a fronteira e inscrevem suas marcas desestabilizando as normativas vigentes.

Trazendo o enfoque para a questão da transexualidade, é pertinente ressaltar que as pessoas transexuais percebem que seu corpo não coincide com a forma que pensam ou sentem, e por isso buscam a correção disso adequando seu corpo com a imagem da identidade de gênero que possuem de si. Essa construção imagética de gênero se dá de várias formas como, por exemplo, através dos tratamentos hormonais, vestuário e até mesmo o procedimento cirúrgico.

Claudia Wonder (2010, p. 284-285) em sua pesquisa histórica, sugere que a transexualidade sempre existiu, pois a ideia de sentir-se num corpo que não é seu já se fazia presente em alguns dos primórdios da humanidade.

Ao retomarmos aos primórdios da raça humana, vemos que, ao ficar ereto, o *Homo sapiens* tornou-se uma máquina de caça e sobrevivência. Embora chamemos de “homem das cavernas” o ser humano desse período, na maior parte do tempo vivia como nômade em acampamentos pelos campos, pradarias e estepes, onde as mulheres e crianças permaneciam enquanto os homens saíam em busca de caça. Ainda que o ser humano fosse o mais apto entre os animais, as fêmeas eram frágeis em termos de sobrevivência, porque atravessavam a fase adulta permanentemente grávidas.[...] Provavelmente a natureza lançou mão de um tipo de homem especial que preferia ficar com as mulheres a caçar, que possuía características e comportamento feminino mas era forte o suficiente para lutar, além de apresentar o sentimento materno das fêmeas. Talvez tenha sido o transexual quem guardava os acampamentos e garantia a sobrevivência da espécie humana. Contudo, se mesmo assim ele fosse dizimado, o pequeno grupo familiar talvez não estivesse totalmente condenado à extinção, pois, com certeza entre os caçadores, haveria uma mulher transexual com muitas chances de se reproduzir. Podemos imaginar então que as pessoas trans sempre estiveram presentes na história da humanidade.

⁶Sobre essa ideia de sentir-se, o termo *cisgênero* ou *cis* tem sido usado para denominar os sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído desde o nascimento. (JESUS, 2012).

Wonder (2010), ainda traz mais alguns exemplos da antiguidade, no qual existiam homens que se sentiam mulheres e mulheres que se sentiam homens. Jesus (2012), também destaca a existência de transexuais ao longo da história e em diferentes lugares e acrescenta que a partir do século XX os avanços médicos permitiram aos trans adquirir um corpo quase idêntico ao de mulheres e homens cisgênero.

Entretanto, para refletir atualmente sobre a cirurgia de re-designação sexual⁷ cabe destacar que não é esse procedimento que define a identidade de gênero transexual e sim a forma com que a pessoa se identifica. Por isso, alguns transexuais optam por não se submeter à cirurgia. Todavia, há uma grande discussão política em torno da cirurgia, especialmente quando diz respeito ao aspecto da (des)patologização e de movimentos em prol dos direitos humanos que garantam a mudança dos documentos de identidades dos/das cidadãos/cidadãs trans.

De acordo com Bento (2008), os indivíduos que vivem a experiência transexual são considerados doentes mentais pela medicina, mesmo sem ter nenhuma alteração cromossômica ou de qualquer outro tipo. Reidel (2013, p.19), reforça tal concepção ao ressaltar que:

O saber médico considera esta experiência como uma doença, utilizando-se de outros termos, como por exemplo: disforia de gênero, neurodiscordância de gênero, síndrome de transtorno de gênero e, o mais conhecido, transexualismo. Em todos os termos, a transexualidade é colocada no rol de doenças mentais.

O conceito foucaultiano de verdade e de construção de discursos traz uma importante contribuição para analisarmos esses jogos discursivos, de poder e de imposição de sentidos. Se por um lado temos o determinismo biológico que coloca a natureza como fator determinante na construção da identidade, de outro lado temos as reivindicações e posicionamentos do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgênero, Intersex e Assexuados (LGBTTTIA), que coloca em xeque as ideologias naturalizadas, afinal “[...] a transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas” (BENTO, 2008, p. 38). Em contrapartida, encontramos nesse jogo outra estratégia discursiva: o da patologização. Dessa forma, aquele sujeito que ousa cruzar a fronteira,

⁷ Reidel (2013) explica que a o processo cirúrgico de transexuais femininas consiste na produção da vagina e na execução de cirurgias plásticas para a construção dos pequenos e grandes lábios. Enquanto para os transexuais masculinos, a cirurgia consiste na histerectomia (remoção do aparelho reprodutor), mastectomia (retirada dos seios) e a construção do pênis. Ainda hoje a cirurgia mais complexa é a construção peniana, pois as técnicas cirúrgicas ainda são precárias.

relativizando as normas, é colocado à margem da sociedade e categorizado no plano da anormalidade, onde seu corpo é visto como abjeto (BUTLER, 1999; BENTO, 2008). Para Butler, a abjeção diz respeito àqueles corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' que valham à pena. Vidas desconsideradas na sua importância. Segundo ela (BUTLER, 1999, p.155)

o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.

A concepção de sujeitos abjetos torna-se mais nítida ainda na medida em que nos debruçamos sobre as normativas que sustentam a compreensão médica e “psi” sobre transexualidade. O saber-poder da medicina e das ciências “psi” contribui significativamente na produção desses sujeitos tidos como anormais, afinal, como salienta Reidel (2013, p. 22) “[...] atualmente, o diagnóstico de transexualidade é realizado a partir de uma avaliação que inclui um histórico completo do caso, testes psicológicos e sessões de terapia [...]”. Quanto ao tratamento e o diagnóstico da transexualidade, adotados nas comissões de gênero ou nos programas transgenitalização, vale apontar que seguem determinadas Normas e Manuais.

Para compreender melhor esse assunto, recorro a Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p.570-571), quando destacam que a compreensão médica acerca da transexualidade iniciou através dos estudos do endocrinologista Hanrry Benjamin criador da Hanrry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association (HBIGDA), que passou a ser responsável mundialmente pela normatização e tratamento trans⁸. As autoras, por sua vez, traçam uma forte crítica na busca de uma política despatologizante:

Ainda que Benjamin tenha defendido a cirurgia de transgenitalização como única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais, estabelece critérios tomados por ele como científicos para que seja possível diagnosticar “o verdadeiro transexual” e assim autorizar a intervenção.

O critério fundamental para definir o “transexual de verdade” seria a relação de abjeção, de longa duração com suas genitálias. Para evitar que cometam suicídio, as cirurgias deveriam ser recomendadas a partir de um rol de procedimentos arrolados por Benjamin [...] (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 570).

Nessa mesma direção patologizante, há também o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM - IV), da Associação Psiquiátrica Americana (APA) e o Código Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial de Saúde.

⁸ Conforme Bento (2008), a HBIGDA publica regularmente as Normas de Tratamento para a transexualidade (State of Care ou SOC).

A crítica em prol da despatologização se instaura no argumento de que nesses documentos há uma produção e saber-poder de que a experiência transexual pode ser uma doença, que apresenta determinados sintomas em pessoas, sejam elas de diferentes partes do mundo, o que denota uma imposição de modelo catalogável e de possível normalização. Bento e Pelúcio (2012, p.573), ao buscarem a politização das identidades abjetas, se embasam na campanha Stop Trans Patologization (Pare a Patologização), para pontuar que ao analisar as produções dos saberes médicos e das ciências “psi”, sobre a transexualidade, pode-se perceber que a heteronormatividade encontra-se em tais escritos para dar vida ao binarismo (homem-mulher), dando assim sentido ao conceito de gênero. Dessa forma:

As mobilizações se organizam em torno de cinco pontos: 1) retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID-11; 2) retirada da menção de sexo nos documentos oficiais; 3)abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersexo; 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e 5)luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.573).

Nessa pauta reivindicativa, o movimento argumenta que o senso comum acerca do conceito de gênero alimenta o pensamento científico, desconsiderando a vertente cultural dessa conceitualização. Os documentos normativos são encarados como produtores de identidades abjetas, ao passo que apresentam lacunas e arbitrariedades. A visão suicidógena, por sua vez, é empregada na medicina como uma prática discursiva que “fundamenta” a necessidade de estabelecermos um protocolo para quem quer realizar a cirurgia. Em contrapartida, sabemos que a pessoa trans é livre para escolher o que quer para si. Com essa ruptura e subversão, da despatologização, o Estado opera uma regulação, na medida em que emprega a ação de ameaçar que não custeará as despesas com o processo de transformação corporal caso a transexualidade saia do rol das doenças. Sendo assim, acredito que temos que nos mobilizar e potencializar o papel dos direitos humanos, pois, concordar com o diagnóstico é continuar colocando os sujeitos trans às margens da sociedade. Na busca da garantia de direitos trans, Rogério Diniz Junqueira (2012, p.73) salienta:

Para que as pessoas transgênero tenham seus direitos de cidadania assegurados (entre eles figura o de receber uma educação de qualidade), é indispensável garantir-lhes o direito de serem tratadas em conformidade com suas identidades de gênero – por exemplo, no uso do nome social e no acesso a bens e serviços (o banheiro é um deles). O reconhecimento da legalidade da transgeneridade é um passo importante para assegurar-lhes o direito à *autodenominação de gênero* e dignidade humana.

No que tange o direito à identidade legal de gênero, encontramos outro embate que de acordo com Bento (2010) se desmembra em dois blocos: o do reconhecimento e o da

autorização. Para a pesquisadora, o legislador que patologiza a transexualidade há maiores exigências para que o /a trans tenha direitos, enquanto que para o que compreende a transexualidade no campo da identidade de gênero e dos direitos humanos, diminuem-se os obstáculos para a tão sonhada identidade legal.

De acordo com Reidel (2013), algumas medidas já foram tomadas, necessitando ainda de muito mais movimentos, o parecer 141/2009, apresentado pelo MEC/SECADI, recomenda através do CNE, uma normativa para que os estados e municípios brasileiros adotem o nome social nos cadernos de chamadas escolares. No estado do Rio Grande do Sul, o governo criou decretos favoráveis ao nome social e uma carteira de nome social. O decreto de lei estadual nº 48.118 de 27 de junho de 2011, assegura para travesti e transexual o direito à escolha de seu nome social, independentemente de registro civil, nos termos do decreto. Também conforme o decreto, o nome civil deverá ser exigido apenas para uso interno das instituições, acompanhados do nome social do usuário, como exemplo os cadernos de chamadas das escolas, que deverá constar o nome social ao lado do civil e que para fins legais e emissão de documentos e diplomas constará o nome civil.

Entretanto, no que diz respeito ao nome civil, há uma constante luta. Atualmente a lei de mudança do nome civil espera apreciação do Senado, mas continua estagnada, devido às questões políticas e religiosas, assim como todas as outras leis que trazem as discussões da pauta LGBTTTIA e de gênero. Todavia, algumas ações isoladas ganham grande repercussão, como no caso do projeto do Rio Grande do Sul que propôs algo inusitado em 2013, envolvendo a Associação de Travestis e Transexuais – a Igualdade RS juntamente com a SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Direito UFRGS) e o NUPSEX (Núcleo de Psicologia e Sexualidade vinculado ao curso de Psicologia da UFRGS), que através de uma parceria realizaram uma ação civil de trocas de nomes de travestis e transexuais junto à Vara de Registros Públicos do Foro Central de Porto Alegre. Algumas transexuais efetuaram a troca de documentos a partir do processo cirúrgico, enquanto outras ainda tiveram seu gênero reconhecido mesmo sem ter realizado a intervenção cirúrgica. (REIDEL, 2013)⁹.

Frente a todos esses aspectos apontados, do constante movimento de vigia, controle, regulação, resistência e subversão, a experiência transexual se configura clamando pela garantia de seus direitos, necessitando de olhares sensíveis e ações militantes.

⁹ De acordo com a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, ainda há uma parceria entre as instituições para os encaminhamentos à troca do nome civil.

Valendo-me do conceito viajante de Louro (2008), farei aqui um breve “retorno” para o princípio cronológico do sujeito transexual, a fim de fomentar uma reflexão sobre a transexualidade na infância baseado em Reidel (2013, p.22).

Muitas vezes, transexuais sabem que se sentem do gênero oposto ao sexo biológico desde que são crianças, expressam o desejo de pertencer ao gênero oposto ao sexo biológico, preferem brinquedos ou brincadeiras do sexo biológico oposto, entre outras características que são percebidas ao longo de suas vidas. Por exemplo, um menino transexual pode expressar o desejo de se vestir com roupas de menino, ou preferir carrinhos a bonecas, ou gostar de futebol a brincar de casinha. Contudo, apesar de que transexuais muitas vezes apresentem estes desejos quando crianças, não necessariamente uma criança que expresse esses desejos é transexual. Existem crianças que podem expressar desejos e incertezas com relação ao gênero ao qual pertencem, mas que perdem o interesse em pertencer ao sexo oposto durante a adolescência. Também há casos em que um transexual apenas começa a expressar o desejo de pertencer ao gênero oposto ao seu sexo genético na adolescência, ou mesmo na fase adulta.

Diferentemente da contingência estabelecida por Reidel (2013, p. 22), a filósofa feminista e ativista LGBT, Beatriz Preciado (2013), escreve sobre a criança *queer*. Em seu texto “Quem defende/protege a criança *queer*?” a estudiosa relata sua própria experiência e desgostos oriundos da violência sofrida no âmbito escolar, familiar e psiquiátrico. Afinal, ela também considera ter sido uma criança *queer*. Preciado estabelece uma forte crítica ao sistema heteronormativo que vigia e busca transformar as crianças em heterossexuais de forma compulsória.

Já Berenice Bento em sua entrevista concedida a Diego Madi Dias (2014), critica a ideia de infância trans ou de criança *queer*, pois para ela os sujeitos infantis são símbolo de amor, cuidado e proteção. Sendo assim, devemos deixar as crianças livres, pois elas possuem a necessidade de realizar experimentações. Nessa ação de experimentar, a criança transita e brinca com os gêneros.

Portanto, a partir dessas conceitualizações, me impulsiono a estabelecer meios que me levem a compreender a experiência trans/*queer* e observar sua (in) existência de manifestação na infância.

3 METODOLOGIA: (RE) ELABORANDO ROTAS PARA PERCORRER

Existem muitas entradas para as pesquisas pós-críticas em educação e currículo. Podemos adentrar nesse território por diferentes trajetórias, desde que observadas algumas precauções necessárias. Gostamos muito de entrar nesse território pelo caminho da expansão, e percorrer a sua força de proliferação. Isso porque acreditamos no potencial dessas pesquisas para desarrumar e desmontar o que já foi pensado na Educação e a partir daí, criar inventar, multiplicar, proliferar, contagiar... Acreditamos que é possível traçar possibilidades de – na pesquisa em educação e em currículo – encontrarmos estratégias para fugir dos sistemas de pensamento que lhes dão base e abrir os corpos para outras imagens de pensamento. Desfazer os pensamentos que cortam, separam, hierarquizam e operacionalizar outros pensamentos na educação e no currículo que possam indicar traçados de caminhos diferentes na vida. (PARAÍSO, 2012, p. 42).

Quando viajamos para algum lugar, nos deparamos com o sentimento de nos desacomodarmos, de sair do nosso território com a intenção de desbravar novos caminhos. Assim, adentrando esse território da pesquisa, desfazendo “pensamentos que cortam, separam, hierarquizam”, busco apoio em Paraíso (2012, p. 42) para explicar meu percurso metodológico, que se assemelha a uma viagem em busca de desbravar um tema delicado e difícil, muitas vezes enigmático, que nos remete à temática da transexualidade e sua expressão na infância. É a partir desse processo de desmontar o que já foi pensado que conseguirei delinear e descrever os caminhos investigativos trilhados, os encontros e desencontros, as idas e vindas... Enfim: o movimento de pesquisa.

3.1 DELINEANDO OS PRIMEIROS PASSOS

Impulsionado pelas questões de gênero que sempre me rodearam enquanto professor de Educação Infantil, já tinha em mente que problematizaria alguma temática que se originasse dessa vertente. Tendo em vista que no curso de Pedagogia já havia construído uma pesquisa refletindo a cerca da constituição do homem (futuro) pedagogo¹⁰ resolvi me apropriar com maior ênfase das questões acerca da infância contemporânea, especialmente no que tange a construção das identidades de gênero e das identidades sexuais. A partir das polêmicas ocorridas no ano de 2015 acerca da proibição da inserção do conceito de ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos Planos Municipais de Educação (PME) e das constantes reportagens que retratam a vida de crianças que manifestam a transexualidade, resolvi potencializar uma discussão que ampliasse tais questões tendo com o

¹⁰ Estudo que desenvolvi em 2014, sob orientação da Prof. Dra. Maria Cláudia Dal’Igna, como trabalho de conclusão para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, intitulado “*Homens (futuros) pedagogos? Relações de gênero nos caminhos de profissionalização*”.

intuito de qualificar o trabalho na Educação Infantil. Dessa forma, a partir das aulas ministradas pela professora Jane Felipe¹¹, tive a certeza de que havia uma carência de estudos na área, o que fomentou mais ainda meu desejo pela a investigação. Portanto, nas aulas já buscava o auxílio da professora para desbravar esse caminho investigativo.

Assim que se aproximou o período de construção da pesquisa, tive o privilégio de poder contar com a orientação dessa educadora e logo fui incentivado a buscar pesquisas que abordassem o tema que desejava pesquisar no banco de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em outras instituições. Dentre as pesquisas que encontrei na área, destaco os estudos de Berenice Bento (2008), como referência, envolvendo-me ainda mais com o assunto e instigando-me a olhar com mais atenção para essas questões na infância.

Após firmarmos a parceria orientadora – orientando, fomos refletindo sobre as possibilidades metodológicas, especialmente aquelas que envolvem crianças. Sendo assim, encontramos as mesmas dificuldades de Silva e Oliveira (2015) e optamos por trabalhar com sujeitos acima de dezoito anos, em função das questões éticas que envolvem a pesquisa com sujeitos menores de idade, pensando que seria difícil, em função desse tema, obter autorização das famílias. Foi então que por sugestão da orientadora, resolvemos fazer entrevistas narrativas com pessoas trans, solicitando a elas que contassem sua história de vida, principalmente a relação que tiveram na escola de educação infantil.

A busca pelos sujeitos da pesquisa, três mulheres trans e três homens trans, envolveu um trabalho intenso com base na rede de relações e na análise do “universo trans”, marcadas nos vestígios que elas e eles pontuam em suas redes sociais. Também com a intenção de me apropriar mais acerca das expressões identitárias trans, além do estudo teórico, me dediquei a leitura de reportagens e a apreciação de filmes como “Tomboy” e “Ma vie en rose”.

A partir dessas informações, e em reuniões com minha orientadora e com as colegas de orientação, fui tecendo minha pesquisa, em especial o campo empírico, sem perder de vista as dificuldades que envolvem este tema: transexualidade na infância. Seria possível afirmar que crianças pequenas, desde a mais tenra idade, já manifestam uma identidade trans? Ou o fato de experimentarem e transitarem entre esses marcadores de gênero masculino e feminino social e culturalmente estabelecidos, pode ser confundido com manifestações transexuais ainda na infância? Seria adequado se referir às crianças como sujeitos transexuais ou o mais plausível seria utilizar o termo transgênero em relação às crianças? Todas essas nuances nos

¹¹ Refiro-me aqui às aulas da disciplina de Diversidades no qual a professora Jane Felipe nos trouxe as discussões acerca das questões de gênero e sexualidade nas Infâncias.

remetem ao fato de que os conceitos escorregam e não dão conta da complexidade dos sujeitos.

3.2 MARCANDO O MAPA E LANÇANDO-SE PELOS CAMINHOS

Para estabelecer um caminho metodológico que permitisse responder a minha pergunta investigativa, apropriei-me de algumas pesquisas pós-críticas, em especial a de Sandra Andrade (2008), que articulou uma perspectiva etnográfica pós-moderna com a entrevista narrativa. A estudiosa debruça-se sobre os estudos de Jorge Larrosa, que compreende a narração como um processo de ressignificação do sujeito. Afinal, a narrativa sobre si mesmo é um processo de autointerpretação, ou seja, o que somos é o que contamos sobre nós mesmos, o que o pesquisador denomina experiência de si.

O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. Por outro lado, essas histórias estão construídas em relação às histórias que escutamos, que lemos e que, de alguma maneira, nos dizem respeito na medida em que estamos compelidos a produzir nossa história em relação a elas. Por último, essas histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de práticas sociais mais ou menos institucionalizadas. (LARROSA, 2011, p.48).

É a partir dessa base teórica que procurei realizar entrevistas narrativas com três mulheres trans e três homens trans, fazendo da narrativa uma possibilidade para conhecer pensamentos e sentimentos que dão significados às experiências de cada um/a dos/das participantes em especial na infância. Dessa forma, acrescento ainda, as perspectivas de Santos (2012), que utiliza desse método como uma reflexão que possibilita a produção de si e consequentemente uma “performatividade da memória”.

Para contatar os/as entrevistados/as, realizei diferentes estratégias. Por intermédio de minha orientadora, consegui o telefone de uma participante. As outras duas entrei em contato por meio das redes sociais. A rede de relações se potencializou através busca por homens trans. Minha professora me ajudou a entrar em contato com um entrevistado que sugeriram outros dois entrevistados por meio de um grupo trans que ele gerencia virtualmente.

Através dessas diferentes formas, pude apresentar-lhes a pesquisa que gostaria de desenvolver, bem como a metodologia escolhida – entrevista narrativa –, convidando-os para participar.

Todos e todas se mostraram solícitos/as à proposta, o que de antemão me deixou bastante entusiasmado. Procurei marcar as entrevistas antes de findar o ano de 2015, exceto

uma que, por diferentes motivos, acabou sendo remarcada várias vezes e desenvolvida em fevereiro deste ano. Os encontros para as narrativas foram realizados em diferentes espaços. Os três homens trans desenvolveram sua narrativa na sala do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE - UFRGS). Uma participante foi entrevistada no seu local de trabalho, enquanto as outras duas narraram respectivamente suas experiências em sua casa e na cafeteria de um shopping.

Relembrando esse processo, ressalto que a primeira entrevista ocorreu conforme o planejado: combinamos o dia, o horário e o local e nos encontramos. As narrativas foram gravadas e, após sua realização, transcrevi seu conteúdo. Em seguida, junto à minha orientadora, avalei o roteiro criado e as possibilidades para as próximas entrevistas, que seguiram o mesmo processo de forma satisfatória.

Conforme Andrade (2008, p. 55), “uma análise nessa perspectiva metodológica exige, enfim, que se dê conta de uma exploração minuciosa dos textos das narrativas, buscando visibilizar as coisas ditas e as coisas não ditas, mas que se encontram implícitas em tais narrativas”.

As entrevistas foram guiadas por um roteiro que se encontra no apêndice (A) e tiveram um tempo que variou entre 35 minutos e 1h30min cada. Todas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos/as entrevistados/as. No início de cada encontro, procurei explicar o procedimento. Além disso, busquei firmar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), garantindo o sigilo ético e o uso para fins de pesquisa das informações. Entretanto, a pedido dos/as próprios/as entrevistados/as, não criamos nomes fictícios, pois todos/as quiseram dar visibilidade à sua experiência¹².

Como explicitiei anteriormente, foram entrevistados seis transexuais, sendo três mulheres trans e três homens trans, que passarei agora a apresentar individualmente.

Marina é professora formada em artes visuais e tem mestrado em Educação. Atualmente é Coordenadora de Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) no Rio Grande do Sul. É militante na causa LGBTTTIA e participante de Seminários, Encontros e debates acerca de Educação, Gênero e Sexualidade em diversos Estados e cidades do Brasil.

¹²A solicitação dos/as entrevistados/as em revelar seu próprio nome fez com que eu revisasse os critérios propostos no Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Sendo assim, juntos optamos por excluir a seguinte informação: “Da segurança de que nenhuma pessoa será identificada e que se manterá o anonimato dos/as participantes”.

Débora é formada em Pedagogia e Técnica em Enfermagem, atualmente realiza graduação em Enfermagem e atua na área da saúde. Sua militância, reflexões e ações na causa, se potencializam especialmente dentro da saúde pública e no sistema educacional, contextos que a envolvem constantemente.

Valéria é cantora, sendo referência artística no meio LGBTTTIA, além de ser ativista pelos direitos desta população e do movimento negro. No mês de março desse ano, a artista recebeu o prêmio de Mulher Cidadã pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sendo a primeira trans a ganhar tal troféu.

Eric cursa Licenciatura em Educação Física e já teve algumas experiências na docência com crianças e adolescentes. O estudante é ativista e bolsista no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero da UFRGS e membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (Ibrat).

Eduardo é vendedor e viaja seguidamente em função de sua profissão traçando observações bem significativas acerca das questões trans. Membro do Ibrat, o militante encontra-se em luta com o SUS na garantia de seu processo de transexualização.

Já Nani é o entrevistado mais novo do grupo e está concluindo o curso de Licenciatura em Artes Visuais. O estudante tem experiência na docência e trabalha em um atelier como artista plástico e ministrante de oficinas na área. Também é membro do Ibrat, estando em fase inicial do seu processo de transexualização.

4 TRANSEXUALIDADE E INFÂNCIAS: DA COMPLEXIDADE DOS CAMINHOS

[...] Pensar em constituição de saber e de verdade sobre a infância implica, nesta perspectiva, assumir uma atitude diante do mundo, que não se separa de uma – por vezes necessária e urgente –, atenção e mesmo suspensão daquilo que pensamos. O que temos, portanto, é o convite a nós mesmos, pesquisadores, em relação a uma noção de saber intimamente relacionada a uma *atitude* e a um *modo de olhar*, atento e cuidadoso, sobre nossos próprios pensamentos sobre a infância. Dizendo de outro modo, pensar sobre a infância, eticamente, nos coloca em uma posição imperativa de *transformação*. (MARCELLO, 2015, p. 132).

A pesquisa que desenvolvo tem como compromisso refletir acerca do modo que olhamos para a infância e os pensamentos que sustentam esse olhar. No entanto, me comprometo a suspender e relativizar tudo o que pensei sobre o assunto, colocando sob suspeita as concepções, especialmente aquelas que se estruturam na ideia da evidência. Neste sentido, justifico aqui a ideia de me referir às infâncias, em especial às identidades de gênero e sexualidade que vão sendo construídas a partir dessa fase da vida, como um enigma. Porém, não se trata aqui de desvendá-lo, mas afirmar e reconhecer a sua complexidade (FELIPE; GUIZZO, 2016).

Jorge Larrosa (2011, p. 83), inspirado em Foucault, põe em xeque as evidências quando sugere que ela é possuidora de contingência e fundada em complexas operações. Portanto, “[...] nosso olhar está constituído por todos esses aparatos que nos fazem ver e ver de uma determinada maneira”.

Assim, com a intenção de relativizar e suspender o que pensamos, me proponho a perceber as maneiras de olhar dos entrevistados e das entrevistadas, bem como das pessoas que fizeram parte das narrativas que compõem a experiência transexual. Além disso, me valho do entendimento que essas “percepções acerca de” são históricas, sociais e culturais e, portanto, suscetíveis a mutações.

Por isso, antes de iniciar a análise, é importante destacar que a pesquisa é apenas um recorte de algumas narrativas de homens e mulheres trans, com as quais procuro examinar sem generalizar ou fazer juízo de valor. A partir do que expressaram ao longo das entrevistas, procurei mostrar “a contingência das evidências e a complexidade das operações” de construção da infância dos participantes desta pesquisa.

Nesse exercício reflexivo sobre as infâncias narradas, da relativização dos pensamentos e da produção de suspeitas diante das “evidências”, procurei percorrer alguns desses enigmas, que me transformaram enquanto pesquisador, professor e cidadão.

Aproveito para recordar que, a pedido dos/as próprios/as entrevistados/as, não foram criados nomes fictícios, pois todos/as quiseram dar visibilidade à sua experiência.

4.1 “PORQUE EU ERA UM ASSUNTO A NÃO SER TOCADO”: DISCUTINDO CRIANÇAS, INFÂNCIAS E TRANSEXUALIDADE

Valéria: Porque eu era um assunto a não ser tocado, então eu fiquei quietinha...”Não mexe ali, naquele jeitinho estranho, deixa ali”...

Entrevista em: 15/12/2015

Eric: Tipo “Ah, eu não posso falar sobre isso”, não é uma coisa que era permitida, é uma coisa que eu tinha que esconder..

Entrevista em: 09/12/2015

Penso que antes de abordar as narrativas faz-se importante salientar a diferenciação dos conceitos de criança e infância(s). Não pretendo retomar aqui o que já foi exposto no capítulo um e dois, mas sim pontuar uma reflexão que oriente o que já foi pensado sobre esses termos. Dessa forma, ressalto que os estudos a cerca da história e da sociologia da infância, foram pontuais para estabelecer tal distinção. Esses estudos subsidiaram o documento que norteia nossas ações pedagógicas nas escolas, intitulado “Práticas cotidianas na Educação Infantil – para a reflexão sobre as orientações curriculares” (BARBOSA, 2009) especialmente quando traz a definição desses termos.

Ancorado em tal documento, entendo que as crianças sempre existiram como seres humanos de pouca idade, todavia, as sociedades em diferentes tempos históricos, criaram formas de pensar sobre o que é ou como deve ser a vida nesta faixa de idade. Vale destacar que “As crianças pequenas se constituem sujeitos marcadas pelo pertencimento de classe social, *de gênero*, de etnia, de religião, isto é, todas as inscrições sociais que afetam as vidas dos adultos também afetam a vida das crianças.” [grifos meus] (BARBOSA, 2009, p. 24).

E nessas relações sociais que as crianças vivem especialmente no que diz respeito ao seu envolvimento com diferentes grupos etários, se define as infâncias. Isto é, através de tal relação se concebe, produz e legitima as experiências das crianças. Assim, por ser vivenciada de modos muito diversos adota-se o termo *infâncias* (no plural).

Contudo, como pesquisador preocupado em demonstrar a complexidade das infâncias, utilizo nesta análise, as considerações de Fabiana Marcello (2015), agregando aqui o conceito de infância-esquecimento. Busco compreender, a partir do relato das memórias de meus depoentes, a complexidade das experiências vividas na infância, em especial na escola. Dessa mesma forma, me valho da concepção de infância-viagem, na qual vou me transformando

através da travessia de idas e vindas, de achados e perdidos, ou seja, das *transformações* que vão ocorrendo ao longo dos caminhos investigativos.

Assim, para pensar acerca de transexualidade nas infâncias adotarei o caráter de contingência baseado em Jesus (2012), Reidel (2013) e Oliveira (2014), sustentando assim a metáfora do enigma que procurei utilizar neste trabalho, afinal as pesquisadoras assinalam que a experiência trans nem sempre tem início na mais tenra idade. Isto não significa dizer que não devamos estar atentos às manifestações infantis em torno desta temática e os preconceitos que as crianças podem sofrer ao expressarem seus desejos e modos de ser e se comportar.

Débora: [...] Bom, a minha infância foi assim: como eu tive pais assim, bem religiosos, eles cuidavam muito pra não agredir a nossa moralidade. Minha mãe conta que desde os 2, 3 anos eu já queria andar vestido de menina. Mas os meus pais sempre foram muito cautelosos em dizer assim: “Ah, deixa botar vestido. Se Deus quer que seja, vai ser! Senão não vai ser!” Sempre tiveram assim, um lado meio religioso acarretando a responsabilidade se eu ia ser transexual ou não, porque eles também não sabiam o que é ser transexual a Deus.[...] Eu com 3, 4 anos já sabia que eu era o que sou hoje, uma menina. Eu só não consegui na adolescência me transformar em menina, porque a alma já é a mesma. A alma permaneceu a mesma.

Entrevista em: 27/02/2016

Eduardo: [...] Olha, eu sempre soube que eu era, desde que eu me conheço por gente. Nunca me senti menina, nunca me senti mulher, nunca fui! Nunca fui! Nunca me senti assim! E eu fui me descobrindo...

Entrevista em: 09/12/2015

Marina: [...] Uma coisa que eu me lembro também é que sempre que a minha mãe saia comigo na rua, as pessoas perguntavam se eu era menino ou menina, pois eu tinha os traços femininos desde a infância. Até eu ficava me perguntando: “mas por que as pessoas ficam perguntando se eu sou menino ou menina?”. E eu sempre tive essa coisa muito forte assim.

Entrevista em: 17/11/2015

Valéria: [...] Bom, eu lembro que eu achava que era menina. [...] Mas eu digo que o que eu fiquei mais chocada em saber... não, em saber o que eu era... Eu fiquei chocada foi em saber o que eu não era. Pra mim eu era menina. Fiquei chocada ao saber que eu não era uma menina.[...] Uma coisa que eu me lembro muito quando eu saía com a minha mãe na rua, as pessoas chegavam e falavam “Oi e aí, como é que tá? E, ué... cadê teu guri? Porque tu não tinha um menino?! Essa é uma menina né?! E cadê teu guri?” Eu achava o máximo! Eu achava lindo, né? Eu achava, “Nossa, eu pareço uma menina mesmo!”, mas a minha mãe não gostava muito. Mas eu achava engraçado, achava que eu ia crescer e ia continuar assim.

Entrevista em 15/12/2015

Em contrapartida, Nani nos mostra que a expressão da transexualidade não é necessariamente expressa na infância na medida em que destaca.

Nani: [...] Durante a minha infância, na verdade, não aparecia pra mim a transexualidade dessa forma assim. A transexualidade começou... eu comecei a entender o que era isso na minha adolescência.

Entrevista em: 09/12/2015

Mesmo percebendo que a maioria dos/as entrevistados/as já apresenta na infância uma noção de que não correspondia ao gênero determinado no seu nascimento, o entrevistado Nani nos mostra que há uma variação nessa lógica, quando afirma que começou a entender a transexualidade na adolescência, o que “[...] apresenta-se fundamental para se pensar as variações de gênero infantis como não fixas, muito menos deterministas.” (OLIVEIRA, 2014, p.2658).

As situações aqui descritas mostram algumas nuances em relação às manifestações da transexualidade na infância e na juventude, instigando-nos a pensar na importância de trazer esses temas à discussão, especialmente com jovens e adultos que tenham vivenciado a variação de gênero na infância, mas que não se constituíram como transexuais na juventude ou na idade adulta.

Além disso, outro aspecto que me inspira ainda mais a investigações posteriores, é saber que há uma escassez de pesquisas nacionais acerca da temática de crianças “trans”, o que pode ser constatado através do estudo de Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (2014). Na medida em que fui procurando o referencial teórico que subsidiasse essa pesquisa, ficou muito evidente que a produção de trabalhos e pesquisas sobre o tema ainda é muito baixa no contexto brasileiro.

Traço aqui essa reflexão, que explanarei com maior ênfase na próxima categoria analítica, todavia ressalto de antemão na minha crença de que na medida em que tivermos mais estudos na área certamente traçaremos maiores debates que se desdobrarão na constituição de um olhar mais sensível e atento para as expressões identitárias nas infâncias. Como Oliveira (2014, p. 2653) sublinha: “[...] diante do desconhecimento, o pouco que se lê ou o pouco que se ouve a respeito segue em direção a legitimar “prevenções” e ou eliminar aquilo que é considerado socialmente inaceitável: um comportamento de gênero infantil desviante da norma padrão.”

Por isso, não posso deixar de lado a problematização de falas como a de Marina, quando enfatiza que a transexualidade sempre foi “algo muito forte” na sua constituição. Essa frase é expressa de outras formas, mas com o mesmo teor em outras narrativas.

Débora: [...] O meu conceito, minha opinião própria, a transexual ela é desde criança. Ela tem 3, 4, 5 anos, ela se sente uma menina, quer se vestir de menina e gosta das coisas de menina. Em nenhum momento ela quer ser um menino. Em nenhum momento ela quer usar um “Kichute”, na época do “Kichute”. Nenhum momento ela quer se comportar como um menino. Ser de uma forma que leve ela ao gênero masculino. Não! Ela sempre tem na cabeça que ela é uma menina. Apesar das pessoas não perceberem por causa do cabelo, do corpo, ela é uma menina.

Entrevista em: 27/02/2016

Valéria: [...] É uma coisa que tá lá dentro da tua cabeça e que tu não consegue tirar. É uma coisa natural, é uma coisa tua, não tem como... E como tu vai explicar isso, vai falar para as pessoas que não tem muito o que fazer. Eu me lembro de quando eu era criança, as pessoas o tempo todo querendo dizer: “Senta direito”; “Age como homem”; “Senta como homem”; era sempre isso, sabe?! E eu pensando: “Mas porque que eu tenho que fazer isso?” Ou senão eu pensava: “Mas eu tô fazendo isso!”, mas eu não tava. Porque não era bem assim né...

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] Minha mãe tinha aquela mania de me corrigir na maneira de sentar: “Fecha as pernas! Menina não senta assim!” Mas eu nem bola dava, nem bola. Aí quando ela botava vestido, aí eu tinha que pegar e fechar as pernas. Mas às vezes eu me descuidava, porque é o teu hábito de sentar, já nasce contigo.

Entrevista em: 09/12/2015

Conforme demonstram desejos e compreensões sobre seus comportamentos e formas de se sentirem, os entrevistados vão demarcando fronteiras e transgredindo as normas sociais que a relação corpo-gênero-sexualidade impõe, mesmo que involuntariamente. Alexandre Bello (2006), em sua dissertação traz uma metáfora interessante para entendermos essas questões. O autor compara metaforicamente as relações de gênero com o que acontece na órbita celestial. Para ele nossos corpos são comparados aos astros que compõem o sistema solar. Dessa forma, para discutir gênero é empregada uma *matriz (heterossexual)* como o centro de gravidade, que aprisiona todas as possibilidades de gênero e sexualidade à nossa volta, servindo de guia para que nos aproximemos ou nos afastemos do que é ditado com norma para homens e mulheres.

Para Louro (2008), quem rompe a norma é sancionado por pedagogias corretivas. Neste sentido, o trabalho de Foucault (2013), ao discutir acerca do sujeito, das relações de poder e das estratégias de confronto, nos parece bastante apropriado para analisar o quanto às infâncias aqui relatadas sofreram constantes regulações heteronormativas. Porém, estas crianças não ficaram passivas perante as regras e mesmo sem entender com grande propriedade o que estava acontecendo, já apresentavam estratégias de resistência, o que pode

ser interpretado como marcação de confronto. Zandra Elisa Argüello (2013, p.112-113) expande a discussão ao assinalar:

As teorizações foucaultianas falam de um poder disciplinar presente em práticas cotidianas, que tem como objetivo exercer o controle sobre os sujeitos através da regulação de suas condutas. A normalização dos comportamentos de meninos e meninas, a produção de saberes sobre a sexualidade e os corpos, as tecnologias que garantem o governo e alto governo tem contribuído na produção de homens e mulheres e têm exercido domínio sobre suas relações. Podemos olhar para as marcas dessas tecnologias no silenciamento e ocultamento das mulheres, na hipervalorização da masculinidade como sendo “a norma”, na celebração da heteronormatividade e na marginalização de comportamentos e identidades consideradas “desviantes”.

Dessa forma, a censura sofrida demarca uma disciplina, e para entender melhor a norma que rege esse processo disciplinar, recorro a Reidel (2013) que também se inspira em Foucault para destacar a ideia de que todos têm um sexo definido e naturalmente dado, estando assim enraizado em nosso pensamento. Portanto, de acordo com esse pressuposto, nosso ‘verdadeiro’ sexo é a causa de nossos comportamentos, bem como, a causa de nossas características sexuais observáveis. O ‘verdadeiro’ sexo, nesse sentido, determina a identidade de gênero do indivíduo, seu comportamento e seu desejo pelo sexo oposto.

Bianca Salazar Guizzo (2013) ao discutir sobre a constituição da masculinidade e da feminilidade na Educação Infantil, nos alerta que o indivíduo se constrói intelectualmente e socialmente de acordo com padrões culturais aceitos como norma. A autora ainda ressalta que há uma constante regulação e controle sutis sobre as condutas para que nenhum indivíduo “atravesse” as fronteiras de gênero. Entretanto, cabe destacar que os meninos são mais regulados (BELLO, 2006) e as meninas, que por sua vez, são mais livres dos processos vigilantes e regulativos/disciplinares (FELIPE; GUIZZO, 2008) tornando-se nítidos nos excertos a seguir.

Os homens trans relatam uma maior liberdade para se expressar ao longo da infância.

Eduardo: [...] A minha mãe me dava boneca, eu ia lá e pegava os bonecos do meu irmão. Aí depois chegou um ponto que ela ia lá e comprava aqueles “bebezão grandão gurizão”, daqueles carequinhas que tinha antigamente, ela já me dava esses. Porque na realidade, ela já sabia.

Entrevista em: 09/12/2015

Eric:[...] Mas até certo ponto, eu tinha uma liberdade. Só que a minha liberdade, travava no reconhecimento dos outros. Porque daí eu podia ir lá, fazer umas lutas, um Jiu-Jítsu, um MMA, bater em todo mundo, mas ainda assim todo mundo me tratava como mulher. Isso não fazia sentido pra mim, mas era o que tinha disponível na época.

Entrevista em: 09/12/2015

Nos depoimentos trazidos por homens e mulheres trans, foi possível observar uma diferença entre eles: enquanto as mulheres trans tiveram seus comportamentos mais regulados e causadores de conflitos e divergências familiares na infância e adolescência, os homens trans tiveram alguma margem de liberdade para transitar pelos scripts de gênero direcionados aos homens, o que mostra o quanto a educação dos meninos se dá de forma muito repressora, sendo exigido deles a demonstração de um comportamento heteronormativo desde a mais tenra infância. (BELLO, 2006)

Débora: [...] A gente acaba virando sempre... Como que se diz? Tu tá sempre em evidência, quando tu não está, tu pensa assim: “Alguma coisa estranha tá acontecendo. Ninguém tá te vendo!” Bate até uma carência (risos)! Porque tu passou a vida toda em evidência na sociedade, na rua as pessoas te olham... Então assim, quando isso não acontece, até chama a atenção. Na infância, infelizmente, foi evidência do início ao fim. Foi bem constrangedor, bem sofrido.

Entrevista em: 27/02/2016

Marina: [...] Mas era isso... As pessoas percebiam ,mas às vezes não falavam nada, não sei se na minha frente ou na frente dela (a mãe) para não causar o conflito. Eu tinha uma tia que era uma cobra e ela sempre ‘colocava pilha’ dizia que eu era assim eu era assado e minha mãe ficava muito ofendida. Assisti várias passagens de elas brigarem por conta disso.

Entrevista em: 17/11/2015

A narrativa de Valéria, também demonstra a regulação sofrida na infância. Além disso, os relatos exemplificam os conceitos de Pedagogias da Sexualidade trazidos por Louro (1999), em especial os pressupostos ideológicos sexuais que representam arbitrariamente a pessoa negra, nesse caso o homem negro, como “feroz/selvagem”, logo, mais viril.

Valéria: [...] Porque é toda uma expectativa... Tu imagina, município sendo colonizado por alemães, tu imagina, é tudo um trabalho de obrigatoriedade, de virilidade dos negros, né? Tu já tem isso! E tem que ser um negão viril e etc. e tal. Aí já tinha tudo isso também né? “Mas o que esse negão quer se vestindo de mulher? O que ele tá pensando?” A gente ouve muito, até hoje escuto muito isso. Mas quando criança era pior.

Entrevista em: 15/12/2015

Frente a essas estratégias se configuram uma repressão pelo viés educativo. Portanto, percebendo a infância como uma categoria negociada, Cláudia Maria Ribeiro (2009, p.60), em sua pesquisa sobre a sexualidade infantil (e aproveito para entrelaçar com a temática de gênero) afirma que “[...] a educação para a sexualidade transita pelas ambiguidades: ao mesmo tempo em que pode desencadear da fala da criança sobre o tema, tendo ela, também, o direito ao segredo, o mistério, o enigma.[...]”.

Assim sendo, Ribeiro (2009), nos faz pensar que a constituição da criança não se dá apenas na produção de poder, mas no exercício de infinitas possibilidades. A autora se baseia em Larrosa para sustentar sua perspectiva de que as crianças são sujeitos de direitos, por isso, os investimentos adultos no saber-poder sobre as infâncias e a expectativa de que se cumpra um roteiro pré-determinado desrespeita a constituição das singularidades dos infantes.

Nesse jogo de poder, adulto e criança que apresenta a variante de gênero vai sendo fabricado, por meio de práticas repressivas e de silenciamento de determinados discursos para que no silêncio, o indivíduo infantil “esqueça” ou “altere” o *script* de sua constituição identitária.

Débora: [...] Eu me via uma pessoa, uma alma vestida com aquela roupa pra satisfazer a sociedade, o pai e a mãe. Vestia roupa de menino, pra satisfazer os outros. Cortava o cabelo, pra satisfazer os outros. Só que isso vai gerando um desconforto psíquico muito grande, porque tu não é tu na frente do espelho, tu não é tu durante a semana, se arrumando ou arrumando o cabelo. Era uma novela 24 horas pra mim. Eu tinha que interpretar aquele personagem. [...] Porque na infância, a sociedade tem a criança por muito pura, muito tranquila, não faz por mal.

Entrevista em: 27/02/2016

Eduardo: [...] E na tua infância tu não tem alcance, é aquilo que teu pai e tua mãe falam e ponto final! Então eu ficava com aquilo pra mim, guardado em mim. Não contava pra ninguém. Só alguns amigos da minha volta que eu falava.

Entrevista em: 09/12/2015

Valéria: [...] Quando criança tu não tem argumento para defender, engole aquilo e vai guardando pra ti, tu fica quieto, não consegue falar... Então não é uma voz ouvida, muito ouvida assim... Então era bem difícil. [...] Eu digo que as transexuais elas desenvolvem uma maturidade muito precoce. Porque elas tem que aprender a se defender mais cedo e aprender a se esconder mais cedo. Porque a sociedade condena muito e tu tem que preservar teus pais, a tua família, de certa forma, principalmente teus pais, né?

Entrevista em: 15/12/2015

Marina: [...] Vendo tudo àquilo na época eu assumia que era diferente, por conta da justificativa que minha mãe dava, afinal na infância a gente fica naquela né. Mas depois com a adolescência, que eu comecei a perceber que eu era diferente por outra razão.

Entrevista em: 17/11/2015

Diante dessa “impotência” e falta de autonomia para posicionar-se perante a sociedade, nota-se que as crianças mesmo assim criam estratégias de subversão por meio das brincadeiras e do imaginário, o que as fortalecem enquanto sujeitos e demarcam-desestabilizam¹³ os *scripts* de gênero construídos socialmente. Ribeiro (2009) relembra o quanto às brincadeiras infantis podem se constituir em estratégias importantes para que as crianças organizem seu mundo e apropriem-se das relações com outras crianças e adultos. Para a estudiosa, as crianças são capazes de habitar os mistérios do mundo com tamanha sensibilidade, inventando ou imaginando jogos que desencadeiam a descoberta de si e do outro, escapando dos limites que os adultos tentam impor. Tal estratégia pode ser percebida na fala de Eric, ao dizer:

Eric: [...] Então era só o que eu podia fazer, imaginar isso. Eu não tinha autonomia nenhuma sobre a minha expressão, digamos.

Entrevista em: 09/12/2015

Na busca de corresponder às expectativas de gênero oposto ao que foi ‘designado’ desde o nascimento, as crianças, mesmo que de forma discreta, seja nas brincadeiras ou no imaginário, demonstram que:

Os ideais normativos de comportamento e funções nas brincadeiras infantis de meninos e meninas são edificados a partir do que o meio demanda. Este pode ser modificado pela história das experiências humanas (BUTLER, 2010). Dessa forma, as rupturas expressam mudanças e podem favorecer novos modos de existir (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p.494).

¹³ Utilizarei o termo demarcar-desestabilizar os *scripts* de gênero, pois entendo que na mediada em que o/a trans expressa um gosto ou comportamento tido como sendo do gênero oposto ao seu sexo biológico, ele/ela está demarcando um script de masculinidade e/ou feminilidade e ao mesmo tempo desestabilizando as normas propostas para cada gênero.

Marina: As minhas referências eram só com meninas no início, eu tinha duas primas gêmeas que brincava só com elas o tempo inteiro.[...] Quando brincava com minhas primas eu sempre queria ser a professora, que já tinha um nome feminino e elas aceitavam aquilo naturalmente, pois elas sabiam que se eu não representasse a professora eu não iria brincar, ou seja, eu fazia chantagem.[...] minha irmã mais velha me dava carrinho, mesmo eu pedindo bonecas com o intuito de “me curar”. E o que eu fazia? Eu colocava as bonecas dentro dos carrinhos e brincava com as duas coisas.

Entrevista em: 17/11/2015

Eduardo: [...] Eu brincava de escoteiro sempre com os guris, nunca na volta das gurias, porque eu não gostava. Eu gostava de subir em árvores, naquela época eu tinha uma funda, matar passarinhos, assar...

Entrevista em: 09/12/2015

Débora: [...] Meus vizinhos, tinham meninas. E eu podia optar brincar com as meninas. Então eu sempre brincava com as meninas. Eu brincava de casinha, eu brincava de escola... Não tinha o masculino.

Entrevista em : 27/02/2016

A partir dos depoimentos aqui apresentados, é possível perceber o quanto as crianças se valiam de estratégias para estarem próximas ao gênero desejado, executando brincadeiras tidas como “próprias” do gênero ao qual elas desejavam pertencer. Louro (2011a) mostra como a sociedade trabalha para a produção das identidades de gênero tidas como “normais”, na medida em que apresentam determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para feminilidade, o que repercute significativamente no processo performativo dos sujeitos trans. Além disso, constato que ao descrever as brincadeiras e delegá-las a um determinado gênero, os/as entrevistados/as já demonstram o quanto os discursos normativos constituíram esses indivíduos desde a mais tenra idade. Afinal, como Felipe (2012, p.53-54) salienta:

[...] Crianças muito pequenas brincam com qualquer coisa e com qualquer objeto que lhes pareça interessante, sem fazer distinção: isso é de menino ou isso é de menina. Os adultos é que costumam interditar as brincadeiras e brinquedos, gostos, gestos, comportamentos, determinando o que deve ser de menino ou de menina, limitando assim as possibilidades e a criatividade de ambos. Em relação às brincadeiras, é impressionante o despreparo dos adultos para compreender determinadas situações [...] Projeta-se nos comportamentos socialmente esperados de gênero, uma identidade sexual que ainda é muito cedo para definir.

Todavia, no caso dos relatos, consigo identificar que ao adotar determinados comportamentos, brinquedos e brincadeiras, o indivíduo que se sente aprisionado em um corpo que ele não sente como seu, torna-se mais confortável e “completo”, conforme vai constituindo-se performaticamente.

4.2 AS HIPÓTESES SOBRE O CORPO E O DESEJO DE APAGAMENTO DAS MARCAS DO BIOLÓGICO

O filme *La vie en Rose*, traduzindo no Brasil por *Minha vida em cor de rosa*, traz a história de um menino que desejava ser menina e por volta dos 7 anos começa a demonstrar de forma reiterada seu desconforto com o corpo de menino. Ao expressar seus desejos ele começa a ser confrontado pelos pais, pelos irmãos, pelos vizinhos e pelo grupo de amigos na escola, sofrendo inúmeras pressões para que ele se comportasse como um menino. O interessante é que em dado momento ele começa a tecer hipóteses para explicar sua condição, após sua irmã mais velha explicar que temos em nosso código genético os cromossomos XX para meninas e XY para meninos. Seu desejo de se tornar uma menina é tanto que ele se imagina com cólicas menstruais e estabelece uma hipótese para explicar e entender sua condição. Então ele imagina que durante seu nascimento Deus deixou cair o X e por isso ele ficou com XY. Pensando nesse filme, foi possível perceber que um dos aspectos comuns nas entrevistas foi perceber as hipóteses que as mulheres e os homens trans criavam, quando ainda eram crianças, na tentativa de explicar a si mesmos/as sobre a condição de seus corpos. Uma das entrevistadas acreditava que um dia seu pênis cairia e ela então se tornaria uma menina.

Valéria: [...] Porque eu fui descobrir que não era mesmo, assim ter essa certeza lá com nove anos. Que eu achava que ia “cair”, né? Eu fui tomar banho com a minha mãe e eu vi ela sem roupa e perguntei: “Mãe, que que é isso?” E a mãe achou que eu tava falando dos pelos pubianos dela e ela disse: “Ah, quando tu crescer, tu vai ter também!” Aí fiquei com aquilo na minha cabeça um tempo... E eu tinha uma tia que tinha uma verruga no nariz e aquela verruga ia e voltava, ia e voltava, aí eu juntei as duas histórias e pensei “Ah, vai cair quando eu crescer!” Até que lá com 8, 9 anos uma coleguinha disse pra mim: “Não não cai. Meu pai tem isso até agora!” E aí eu lembro disso assim. [...]

Entrevista em: 15/12/2015

Eric:[...] Eu tava na frente do espelho com a minha mãe penteando meu cabelo, com aquela coisa de imagem no espelho e eu pensando de como seria se eu tivesse o cabelo curto. Pra mim isso significava feminino.[...] Mas sabe assim, tipo, da minha imagem, olhando no espelho enquanto minha mãe penteava o meu cabelo, de tentar apagar as marcas de gênero feminino que tinham presentes, acho que eu usava brincos também. E queria tentar apagar aquelas marcas e me imaginar diferente, sabe? Tipo, tapar o brinco “e se meu cabelo fosse diferente?”, porque ela acabava prendendo e parecia curto. Tentar imaginar isso ali no espelho, eu não podia tirar o brinco, não era permitido também.

Entrevista em: 09/12/2015

Marina: [...] Eu me via como um menino, por conta da genitália, mas queria ser sempre uma menina. E existia fatos até bem engraçados, por exemplo, havia uma história que as pessoas diziam, quando surgia o arco-íris que se atravessássemos ele haveria uma transformação sexual. Então por muitas vezes eu desejava que o arco-íris tivesse próximo a mim (sempre que o via depois da chuva), porque eu queria atravessá-lo para ver se realmente eu me transformaria em uma menina.

Entrevista em: 17/11/2015

Outro aspecto que marca a infância, especialmente dos homens trans é que nas brincadeiras de faz de conta, bem como nas situações que demandavam a representação de algum personagem, pois havia a manifestação de interesse em figuras de animais ao invés de seres humanos.

Eduardo: Quando eu tava com 5 anos, minha mãe fez um bolo e queria botar uma bonequinha. Só que eu tentei uma opção de pedir um pato, porque daí é mais fácil, do que pedir um bonequinho no meu bolo. Que seria da cor do bonequinho, e o pato por sinal, ele era verde. Ao invés de ser rosa com seria a bonequinha, meu bolo acabou sendo verde, com um patinho. Eu me senti mais feliz!

Entrevista em: 09/12/2015

Nani:[...] Mas quando eu brincava de casinha geralmente eu era um cachorro. Sempre nas brincadeiras eu preferia ser um bicho do que um humano. E sei lá, tipo filmes... aqueles filmes infantis que a gente vai vendo, tipo todos os dias a gente vê nossos filmes preferidos, os meus preferidos eram os de bichos. Era os 101 Dálmatas, era o Rei Leão, era Aristogatas. Eu gostava do Tarzan também e do Mogli, mas Tarzan e Mogli tem aquela especificada de um ser humano que cresce no meio dos bichos e que enfim, aquilo era a família deles. Ah, nos filmes de Princesa, meus personagens preferidos sempre eram os animais, tipo o cavalo do Príncipe... sei lá, qualquer coisa assim. Então nas brincadeiras em que a gente fingia, sei lá que tava interpretando alguma coisa, eu era os bichos.

Entrevista em: 09/12/2015

Através destes relatos é possível perceber algumas interessantes estratégias de fuga em relação aos ditames de identificação estabelecidos socialmente em relação aos gêneros nos indivíduos trans. Diante da vigilância adulta, as crianças acabam criando estratégias de identificação que não sejam nem príncipes nem princesas, por exemplo, mas animais, como táticas diante do trânsito vivido entre os dois gêneros. Outro aspecto a ser pontuado é de que as brincadeiras se constituem socialmente como marcadores generificados o que se assemelha as concepções de Bento (2008), quando aponta que os brinquedos produzem o feminino e o masculino, funcionando como próteses identitárias. Bello (2006) expande nossos conceitos quando salienta que brinquedos e brincadeiras são instrumentos de poder acionados constantemente para produzir/definir formas de gênero. Para o autor, pensar que o brincar faz

parte da “natureza infantil” com um fim em si mesmo não pode ser encarado como um objeto de problematização tarefa tão necessária.

Contudo, torna-se visível também o quando o gênero opera ainda como uma concepção binária (homem-mulher; masculino-feminino; força-delicadeza; público-privado) projetando determinadas expectativas e criando códigos e representações que vão atribuindo significados às identidades dos indivíduos. Butler (1999) afirma que somos sujeitos e submetidos à generificação. Tal processo se constrói na relação e criam uma matriz de gênero que para a autora é anterior à emergência do humano, favorecendo assim a política excludente daqueles indivíduos que não seguem as tramas desse engendro.

Essa noção generificada é colocada sob suspeita e subvertida nas vivências de pessoas trans, como aponta Nani:

Nani:[...] Jogava bola, me ralava e eu tinha bonecas... Enfim, aquela coisa toda de estereótipo de gênero que a gente aprende a separar na infância. Pra mim era tudo meio misturado, assim... E até era... enfim, pra mim tava ok e tranquilo, me considerarem uma menina meio molequinho, assim.[...] Mas sei lá, tipo, o que eu tinha vontade de fazer, de brincar, com os meus amigos era... Pra mim não tinha separação de gênero, não tinha definição. [...] Eu sempre fui uma pessoa bastante delicada, até por isso tenho escutado nos últimos tempos: “Ah, tu é uma pessoa tão delicada, tão sensível, tão ‘não sei o que’, como é que tu pode ser homem?” Como se não existissem homens sensíveis, delicados e ‘não sei o que’. Tipo, eu nunca vou querer ser o ‘cara macho alfa’, super malhado.[...] Tipo, eu posso ter meu cabelo comprido se eu quiser, não quero, mas posso. Posso pintar minhas unhas, posso usar colares, eu gosto de colares, posso sei lá, de repente pode me dar vontade de usar saia. Algum dia vou ter barba, porque minha barba vai crescer, eu espero! E minha voz tá engrossando. E todos esses signos, na verdade eu tô procurando o que eu sei que vai me fazer bem, o que eu sei que vou gostar de ver em mim.

Entrevista em: 09/12/2015

Essas concepções, típicas dos sujeitos que vivem na fronteira (Louro, 2008) possibilitam entender melhor o prisma da crítica que é promovida em prol da pedagogia dos gêneros hegemônicos. Para Bento (2008) as “confusões” feitas pelas crianças ao misturarem dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas como indicador de homossexualidade. Portanto, para a referida pesquisadora os regimes de verdade estipulam determinadas expressões relacionadas com o gênero condenando as que não se ajustam com as matrizes tidas como verdadeiras, naturais e compulsórias, regidas pela heteronormatividade. Assim, Maria Rita de Assis César (2009, p. 148), ratifica que “[...] mesmo que tomemos gênero como construção social, as teorias construcionistas nunca conseguiram desvincular-se de uma matriz naturalista e essencializadora [...]”. Isso vai ao encontro da perspectiva de Dias (2014), quando salienta que as questões trans relativizam as relações de gênero e desconstroem as polaridades de identidades masculinas e femininas.

Além disso, a reflexão e crítica às questões de gênero vão mais além quando o entrevistado Eric e a entrevistada Marina afirmam:

Eric: [...] Eu acho que não seria necessário, eu preferiria que não precisasse falar de uma criança trans. Tu poderia falar de uma criança que, olha, tá dizendo que é uma menina ou um menino e vamos aceitar isso. E não precisa dizer que, eu não precisaria dizer que é uma criança trans, automático entende? Põe num status de “Bom, a criança tá ali se expressando assim agora e não sei se vai durar né”? Pode ser que a criança... não necessariamente ela vai permanecer assim, mas antes de se preocupar com rotular crianças de trans, se preocupa com rotular de cis. Tipo, então essa criança não é cis ou tu aceitou que a criança é cis? As outras crianças que não estão se manifestando diferente do gênero que as pessoas atribuíram, elas são cis, isso não preocupa. Eu acho que é mais isso assim, não rotular direto de trans, porque acho desnecessário, mas poder entender uma expressão de uma criança de gênero assim, que não seja aquela que foi designado com uma naturalidade, com uma tranquilidade melhor sem precisar rotular uma coisa médica, por exemplo, de trans né?

Marina: [...] Olha, é assim... Não vou dizer que não existem, né? Acho que a gente tem que ter um pouco dessa coisa do limite de ver o que é realmente a criança que tá vivendo essa experiência “trans” ou ela tá no jogo simbólico. A gente sabe que a infância... Que ela é cheia dessas coisas...[...] Então eu sempre digo, tem que ficar observando essa criança e ver como é que é o comportamento dela na verdade em relação a isso, né? Então tem que ter um pouco de calma, né? Eu acho que os modelos americanos que estão sendo mostrados na mídia, de certa forma acabam mostrando um padrão diferente do nosso.

Entrevista em:17/11/2015

Neste sentido, a pedagogia queer (LOURO, 2008; CÉSAR, 2009), nos ajuda a compreender as complexidades humanas e as estruturas que engendram as tramas de gênero e sexualidade.

Sendo assim, a ideia não é reduzir e rotular a expressão trans, mas questionar e procurar entender como as normas de gênero e sexualidade se estruturam. Portanto, relembando o caráter contingente da transexualidade que pode se expressar na infância finalizo essa seção interrogando em que medida a criança está expressando seus desejos, quando brinca ou diz algo que não corresponde às expectativas, evocando assim uma ruptura na norma vigente ou simplesmente expressando e construindo sua identidade trans?

Penso que para essa interrogativa nos cabe à tarefa de empoderarmos cada vez mais as crianças, sem estabelecer rótulos e procurar construir um ambiente educativo mais acolhedor às diferentes identidades. Como assinala Louro (2011a, p. 51):

[...] Temos que aprender, nesses tempos pós-modernos, a aceitar que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário, provisório. [...] Precisamos prestar atenção às estratégias públicas e privadas que são postas em ação cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade “normal” e de todas as formas culturais a ela associadas; prestar atenção às estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades “diferentes” e aquelas que buscam superar o medo e a atração que nos provocam as identidades “excêntricas”. Precisamos, enfim, nos voltar para as práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições.

4.3 “TODOS OS DIAS TEM AULA DE GÊNERO”: REESCREVENDO OS *SCRIPTS* E CONSTRUINDO DE UMA REDE (IN)FORMATIVA NA ESCOLA

Marina: [...] Depois quando eu fui para a escola que foi o caos. Sempre tinha essa coisa terrível, que era a violência. [...] Tu ouve vários relatos de que a escola ainda não é o local ideal pra esse tipo de expressão.

Entrevista em: 09/12/2015

Eric: [...] Mas aí tu chega à escola... bom a escola tem sei lá, umas vinte crianças e todas essas regras de gênero no sistema também, entende?! Não é a família só, é família e escola. E aqui eu não vou poder ficar falando, sei lá, se eu quero usar tal roupa... acho que reforçou a norma. E aí acho que fiz um processo de “Bom, vou ter que ficar na minha agora e fazer isso aí.” Porque olha, tem as filas, tem um mundo de regras. Tem as filas de meninos e de meninas, tem tudo de menino e menina. Além de só em casa, não é só eu com a minha mãe dizendo que eu não quero usar uma roupa.

Entrevista em: 17/11/2015

Através dos relatos desses dois participantes da pesquisa, é possível perceber o quanto o espaço escolar é um lugar de violência e conformação dos gêneros. Rodrigo Saballa de Carvalho (2005, p.23), baseado nos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, problematiza as práticas escolares e o disciplinamento dos corpos no interior de uma Instituição de Educação Infantil. Dessa forma, o autor compreende que as crianças e os adultos são envolvidos pela ação do poder disciplinar, o que repercute uma análise minuciosa para que possamos perceber os movimentos de fabricação dos corpos, bem como os de resistência e pluralidade dos indivíduos no espaço escolar.

[...] É possível dizer que a “fabricação” dos corpos se operacionaliza através de dois processos interligados: a objetivação e a subjetivação. Os indivíduos tornam-se alvos de um poder exercido sobre eles e de um saber produzido a partir deles, com o qual passam a se reconhecer como sendo subjetivados. Dessa forma, tais indivíduos passam a compreender o disciplinamento como algo natural.

Sendo assim, Carvalho (2005), também entende que as identidades são constituídas dentro do espaço escolar e que os processos de disciplinamento dos corpos produzem

subjetividades. Como aponta o entrevistado Eric: “[...] Não é a família só, é família e escola”. Não só a família e escola, mas exército, hospitais, igrejas. Todas essas instituições também são entendidas por Foucault como locais que difundem e operacionalizam a disciplina.

Santos (2012) é outra pesquisadora que se apropria das ‘lentes’ foucaultianas para pensar sobre a instituição escolar. Para ela, a escola é pensada como um empreendimento biopolítico, que potencializa o governo dos corpos e das mentes. Nessa política sobre a(s) vida(s), a escola que segue padrões binários e heteronormativos, cumprindo o papel de sancionar, regular e alertar as famílias sobre o comportamento “anormal” daquelas crianças que escapam da norma. (JUNQUEIRA, 2012; BELLO, 2006).

Nani: [...] Até porque eu fui aprendendo que, aliás, foram me ensinando que eu era uma menina e que na hora de fazer a fila dos meninos e das meninas, eu tinha que estar na fila das meninas. Ok, eu ia! Isso não me causava grande stress assim. Até porque eu não entendia muito bem o que era essa separação e beleza!

Entrevista em: 09/12/2015

Eric: [...] De tu tá naqueles momentos de fila: menino e menina e olhar pra fila dos meninos e pensar: “Não sei porque eu não ‘tô’ ali”, mas olhando pra aquela fila como a fila que eu deveria estar, a fila que eu pertenceria. Mas já me disseram que não era aquela fila que eu tinha que ir, eu tenho que ficar nessa aqui então eu vou ficar né? Mas assim, não que aquilo tenha sido tranquilo, mas eram as regras.

Entrevista em: 09/12/2015

Os relatos denotam as práticas disciplinares que a instituição escolar emprega. As filas, os banheiros de meninos e meninas são alguns exemplos de expressões sexistas que a escola adota e naturaliza no seu cotidiano. “[...] Assim, a liberdade para a criança ser ela mesma, sua abertura para a vida e para as outras dimensões do ser humano, além da razão, são tolhidas desde a mais tenra idade [...]” (RIBEIRO, 2009, p. 66).

As marcas do preconceito também podem ser entendidas como formas de vigilância e punição, que pelo viés heteronormativo configura-se como um “resgate” para a homossexualidade para aquelas crianças que manifestam a variação de gênero. Já Thomaz Spartacus Martins Fonseca (2011, p. 60) encara as práticas discriminatórias como mensagens para que os indivíduos não “atrassem a fronteira”.

Sejam estas ações de estranhamento, aceitação, indiferença, medo, repulsa, entre outras; elas se constituirão em lentes para esta visão e podem determinar as nossas ações perante o outro, o diferente, o fora do lugar. O preconceito associa o gênero à fronteira, estabelecendo uma linha divisória entre “o que é de homem” com “o que é de mulher”, como coisas distintas e excludentes. Assim, quanto mais se aproxima dessa fronteira mais são colocadas em vigor atitudes preconceituosas e discriminatórias que acabam servindo como uma mensagem: “saia daí, aí não é o seu lugar. Volte para o seu lugar”.

Valéria: [...] Eu me lembro de uma coisa que me marcou muito na escola, eu apanhei muito na escola dos outros meninos. Porque eles tinham ciúme, né? Porque às vezes eles eram apaixonados pelas meninas, pelas outras meninas e eu tava lá, no meio delas e eles não estavam. Então apanhei muito na escola dos outros meninos.

Entrevista em: 15/12/2015

Marina: Me chamavam de Susi que era aquela boneca pobre maldita. Não era nem a Barbie, era a Susi. E por eu ser branca, loira e com os olhos azuis eles passavam o tempo inteiro me chamando de Susi e agredindo.

Entrevista em: 17/11/2015

Débora: [...] Só que na escola, eu tinha que ir vestido de menino, na escola teve bastante desconforto. Por exemplo, assim oh, eu lembro que no primeiro ano eu evitava ir ao banheiro dos meninos, eu tinha 6 anos de idade. Porque os meninos eram muito vulgares, falavam palavrão, mexiam comigo e eu evitava.

Entrevista em: 27/02/2016

Vale destacar, que conforme as pesquisas de Santos (2012) e César (2009), as práticas de preconceito são causadoras da evasão escolar dos indivíduos trans ao longo de sua trajetória nas instituições educativas. Entretanto, cabe ressaltar que Eduardo teve uma boa aceitação de sua experiência trans na escola, especialmente por parte dos profissionais (professores e equipe diretiva):

Eduardo: E na escola eu nunca tive preconceito, pelo contrário. Naquela época tinha o SOE, não sei se hoje existe a mesma coisa. Me trataram super bem.

Entrevista em: 09/12/2015

Contudo, esse contexto não foi o mesmo para os/as demais entrevistados/as. Diante de todo o sofrimento que as memórias escolares trazem para os/as entrevistados/as eles/elas manifestam o desejo de uma escola que se preocupe com a equidade e que permita a criança usufruir da sua liberdade de ser aquilo que ela deseja ser.

Eric: [...] Ela [a criança] vai poder brincar do que ela quiser, ela vai poder ter o cabelo que ela quiser, mas pra isso tem que ter esse aparato que vai entender isso como 'normal'. Senão ela vai sofrer punição social, senão ela vai sofrer preconceitos, tanto das professoras, quanto de colegas. E aí é difícil de mobilizar esse aparato para entender isso. Não é só: "Ah, deixa agora a criança livre!", sem também ela ter como... Ela e a família, no caso, sustentar essa diferença.

Entrevista em: 09/12/2015

Marina: [...] Ter uma escola assim onde não teria essa classificação "menino e menina", banheiro para menino e banheiro para menina, né? Porque eu me lembro de que na Educação Infantil onde eu trabalhei, nós tínhamos um banheiro e entrava as meninas e entrava os meninos naquele banheiro. [...] E essa coisa de "fila de menino", "fila de menina", quer dizer, não teriam essas classificações. Eu acho que teria uma liberdade maior, talvez assim de ter, por exemplo, um baú de diversas fantasias, uma casinha...

Entrevista em: 17/11/2015

Essas ideias compõem exemplos que dão sentido para o conceito de escola inclusiva empregado nos estudos de Junqueira (2012, p.85).

[...] Uma escola inclusiva, um espaço livre, seguro, educativo e de qualidade. Experiências que consideram que corpos, sexualidades, sujeitos, padrões culturais, normas, valores e relações humanas não constituem realidades naturais e imutáveis, mas construções em contínua transformação [...].

Entretanto, para que essas ações se concretizem, necessitamos investir na (in) formação dos professores e das famílias das crianças. E é com essa expectativa que Valéria idealiza:

Valéria: [...] Penso que se eu fosse essa criança eu ia querer me entender enquanto criança, mas eu ia ter que me sentir muito à vontade e ia ter que fazer um trabalho que me deixasse muito à vontade para falar [...] Teria que ser feito um trabalho muito forte, muito intenso. Um intensivo de confiança dessa criança e um trabalho com os pais. [...] Uma equipe com psicólogos, com professores, acho que outras crianças, bons exemplos de outras crianças, bons exemplos de outros pais, vivências mesmo. Porque quando tu mostra uma vivência plena e bem sucedida, acho que isso funciona. E principalmente um exemplo de falta de sucesso, em que aconteceu quase uma coisa ruim, infelizmente a gente sabe que acontece. Para poder comparar: "Olha, aqui tá um exemplo de crianças trans e de pais que aceitaram essa criança. E aqui tá um exemplo de crianças trans... Olha o que tá acontecendo com essa criança e olha o que tá acontecendo com aquela criança." Eu acho que equiparar isso assim, criar bons argumentos eu acho.

Entrevista em: 15/12/2015

A entrevistada aponta para um caminho necessário, que consiste em orientar crianças e famílias. Felipe (2012) mostra o despreparo das famílias em discutir assuntos no âmbito trans e demais expressões de gênero e sexualidade. Esse silenciamento das famílias faz com que a internet seja a apoiadora dos/as transexuais, na medida em que eles vão se apropriando dessas

experiências por meio de redes sociais e navegações investigativas na internet nos tempos atuais. Por outro lado, tal possibilidade de acesso a grupos de apoio e estudos que tratam dessa temática, nos faz pensar o quanto as coisas eram difíceis para os sujeitos trans, quando não havia a possibilidade de compartilhar suas experiências com outras pessoas.

Nani: Tipo, eu não sabia que existia pessoas trans, não sabia o que era isso. E foi no final da minha adolescência que eu, sei lá tipo, eu vi algum vídeo na internet, aí comecei a procurar e assistir cada vez mais vídeos de homens trans que documentavam sua transição assim.

Entrevista em: 09/12/2015

Marina:[...] Assim então, não me lembro onde, no Fantástico acho que mostrou algumas coisas. Então assim, calma né? Vamos com calma! Porque nem tudo é como mostrou o “Fantástico”: aquela coisa genecista, de que realmente é doente, é um diagnóstico né... até isso tu tem que cuidar um pouco, porque tu acaba já criando uma patologização em cima. Então, mas assim, eu acho que essas expressões de gênero, que eu acho a coisa mais adequada pra se falar, elas muitas vezes começam na infância sim. Mas será que elas vão?

Entrevista em: 17/11/2015

Eduardo: [...] E foi através dos grupos que eu conheci o Erick, Nani, que eu “conheci” eles através do grupo. Teve a parada aí e eu conheci um pessoal também do IBRAIT, que foi o Leonardo, o Vicente que é o pessoal do grupo do IBRAIT também. E hoje eu penso: “Eu tô aqui sabe por quê?” Porque tu precisava! Porque é bom ajudar! Eu vou te dizer assim, depois que eu me descobri, teve pessoas que me ajudaram. Como os guris! Me ajudaram só no fato de conversar. Aí tu vai tendo noção, tu vai tendo mais experiência, vai se abrindo os teus caminhos.

Entrevista em: 09/12/2015

Débora: Eu acho que por parte das famílias, eu acho que deveria ter um preparo também tipo... acho que o preparo da família viria pela mídia. Acho que a mídia teria que fazer enfrentamentos escolares pra que a família soubesse que quando o seu filho vai para uma escola pública ou privada, pode ter uma transexual dentro da sala. Pra que esse filho não reproduza o preconceito dos pais.

Entrevista em: 27/02/2016

Como afirmam os/as depoentes, é importante estabelecer redes informativas de solidariedade, para promover discussões sobre esses temas, buscando entender a complexidade das identidades de gênero. Em última análise, estaremos contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, compreendendo todo o potencial e caráter da linguagem na constituição social, bem como a necessidade de traçarmos reflexões sérias em prol de temas como a transexualidade, seja no meio acadêmico, de formação docente, na área da saúde, nas mídias, etc. Assim, que a homofobia, com os discursos naturalistas e sexistas

poderão ser “combatidos” com uma rede de informações sólidas e com a troca de experiências que possam orientar acadêmicos, professores, famílias e sociedade em geral. E nesse contexto, a escola pode se inserir como palco dessa mediação e articulações com outras instâncias.

Entretanto, para construir tal escola necessitamos de profissionais qualificados:

Débora: se eu pudesse ‘preparar o campo’ agora, antes de voltar a ser criança pra enfrentar de novo, com o conhecimento que eu tenho hoje do assunto, eu ia dizer: Primeiro: Que a minha professora, pra ter uma aluna transexual na sala, não pode ter preconceito. E a gente vê ainda muito professor preconceituoso levando a sua opinião própria, de casa pra dentro da sala de aula. Assim como em outras profissões. Levando a sua opinião pessoal, deixando a ética de lado e levando para a sala de aula. Eu acho que teria que ter um professor preparado, muito preparado para saber o que é gênero. Porque as pessoas não sabem ainda o que é gênero. Elas confundem gênero com sexo.

Entrevista em: 27/02/2016

Tal qualificação vem na direção de proporcionar aos profissionais da educação a discussão de temas e de saberes, que por vezes são deixados para segundo plano. Felipe e Guizzo (2008, p.38) ratificam tal afirmação ao ressaltar que:

Tanto nas escolas de Ensino Médio (modalidade Normal), quanto nos cursos de formação docente em nível universitário, raramente se tem a oportunidade de discutir a respeito dessas questões, uma vez que os currículos ainda não contemplam de forma mais abrangente tais temáticas. Dificilmente são oferecidas disciplinas que se dedicam especialmente ao assunto, muitas vezes sendo trabalhado de forma tangencial.

Além disso, Felipe (2009) observa em sua pesquisa que, quando há formação continuada de professores das redes de ensino acerca das questões de gênero e sexualidade, os docentes que atuam com Educação Infantil muitas vezes não são convidados a participar, o que denota uma ideia de criança como um sujeito assexuado. Frente a essa carência de reflexões, professores e professoras continuam ensinando maneiras de ser e de se comportar, de acordo com suas experiências pessoais e convicções, disciplinando cada vez mais os corpos infantis. Muitas vezes, diante dos casos de variação de gênero apresentado por uma criança, o/a docente, por falta de conhecimento, opta por silenciar-se ou encaminhar para um (a) profissional da psicologia (BENTO, 2008). Muitas vezes, por desconhecer determinados conceitos, os docentes acabam sendo coniventes com as discriminações, quando não são, eles mesmos, os promotores de tais comportamentos, estimulando assim o preconceito, a homofobia, a transfobia, a misoginia, etc.

Marina: [...] Então tinha essa coisa assim, da anulação dos professores... um dia conversando com a professora lá, que foi minha professora e depois virou minha colega, ela disse: “Ah, naquela época a gente não sabia o que fazer porque tu era tão bonitinho, tão engraçadinho e a gente via os outros agredindo e a gente não sabia o que fazer.” Entendeu? Então tu vê que desde aquele tempo as pessoas não sabem o que vão fazer, né! Só o que os tempos mudaram. Então foi assim, mas tu via que era uma anulação.

Entrevista em: 17/11/2015

Por isso, como sugere Louro (2011a), é necessário investir em uma formação profissional mais consistente e aprofundada, capaz de produzir reflexões para compreendermos as construções identitárias desde a infância. A diversidade deve ser entendida não como um problema, mas como parte do humano, em toda a sua complexidade. Desta forma, não estamos eliminando as diferenças, mas analisando sua pluralidade (contingente, escorregadia, relacional, provisória) e ampliando nossos conhecimentos na troca com crianças, famílias e profissionais de outras áreas. Afinal, todos os dias nos deparamos com questões de gênero nas nossas escolas.

5 PERCORRENDO OS ENIGMAS DAS INFÂNCIAS:

A alteridade da infância é algo muito mais radical: nada mais, nada menos que sua absoluta heterogeneidade em relação a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença. E se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, ter-se-á de pensá-la na medida em que sempre nos escapa: na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). (LARROSA, 2011, p.232).

Ao concluir este trabalho, devo dizer que perdi a dimensão do tempo ao ‘viajar’ por territórios que considerava até então inacessíveis e de difícil compreensão devido à complexidade nela envolvida, como no caso de trazer à discussão a temática da transexualidade na infância. Alguns temas nos desafiam, colocando-se como enigmas, não para que sejam desbravados ou desvendados, mas para provocar em nós discussões mais aprofundadas sobre a complexidade dos sujeitos, fazendo-nos rever as nossas certezas. (FELIPE; GUIZZO, 2016).

Realizei aqui um exercício de análise das infâncias, me valendo da perspectiva de infância-esquecimento e infância-viagem, compondo assim uma reflexão que se estenderá permanentemente na minha trajetória pessoal e profissional.

Tal viagem enigmática pela(s) infância(s) fez com que experimentasse o impacto da surpresa ao perceber com maior profundidade os movimentos de arranjos e desarranjos, ajustes e desajustes, naturalização e desnaturalização, que se instauram no âmbito social e educacional em que vivemos, refinando meu olhar para diferentes dimensões da constituição identitária.

Dessa forma, ao observar os processos performativos realizados por mim enquanto pesquisador e pelos/as entrevistados/as enquanto cidadãos/os atuantes, que guardam em sua memória a infância que tiveram, atrevo-me a olhar para esta pesquisa como uma viagem repleta de caminhos a serem revistos e compartilhados, especialmente no espaço escolar e de formação docente. Trata-se, portanto, de conviver e valorizar a pluralidade e o respeito à diversidade.

Refletir sobre a constituição da identidade nas infâncias e a contribuição da escola nesse processo, a partir das teorizações de gênero e dos Estudos *Queer* não foi uma tarefa fácil. Diante de todo o investimento de estudo e investigação ao qual me propus, guiado pela minha orientadora, pude dar mais alguns passos no desafiador exercício de pesquisar. Tais passos foram lentos, pois de forma complexa e minuciosa foi necessário abandonar o senso

comum e o que muitas vezes é apresentado de forma breve nas mídias, percorrendo caminhos até então nunca trilhados, pensados, relativizados.

Assim, destaco que pude ampliar meus horizontes sobre o tema da formação identitária, especialmente com relação às questões trans que por vezes constituem a(s) infâncias.

Enfatizei no capítulo 4 muitos desafios que precisam ser enfrentados no âmbito social e escolar, a fim de garantirmos a liberdade de expressão das nossas crianças e a potencialização de uma escola mais inclusiva e preocupada com a pluralidade e singularidade de seus educandos, conforme ressaltam Junqueira (2012) e Louro (2011).

Dentre os elementos que emergiram ao longo da investigação, percebo a transexualidade como uma expressão identitária, de caráter contingente, que não cabe mais escondê-la ou patologizá-la, seja na sociedade ou na instituição escolar. Contudo, compreendo que essas ações caracterizam os jogos de poder que configuram se como um bio-poder que se baseia na heteronormatividade, vigiando, regulando e retendo tais manifestações com a lógica arbitrária de dar continuidade a espécie. (WEEKS, 1999).

Nesse sentido, se instaura uma constante vigilância das crianças desde muito cedo. Assim, os sujeitos infantis que por ventura expressem alguns modos de ser e de sentir que se configurem como sinais de transexualidade, sofrem constantes sanções para que se identifiquem com o gênero que lhe foi designado por ocasião do nascimento, a partir de uma matriz biológica, ratificando a ordem arbitrária de sexo-gênero-sexualidade tão criticada por Butler (1999) e Bento (2008). Diante das narrativas dos/as depoentes, pode-se notar que os meninos são constantemente mais regulados do que as meninas (BELLO, 2006). Os comportamentos e desejos expressos por aquela criança que biologicamente nasceu menina são bem menos vigiados, havendo possibilidade de um maior trânsito entre esses dois mundos (masculino e feminino). Além disso, as regulações se pautam em uma lógica tão sexista, binária e engessada, que mesmo tentando analisar por esse prisma, torna-se difícil perceber a diversidade de masculinidades e feminilidades presentes na nossa sociedade. Sendo assim, posso ampliar essa consideração e pontuar que infelizmente os brinquedos e brincadeiras são generificados. No caso dos/das entrevistados/as pude perceber que essa norma de gênero é também impregnada na cultura lúdica deles/delas. Sendo assim, brincar com objetos e criar fantasias, que reforçam padrões heteronormativos e que não correspondem ao seu sexo biológico, é entendido não só como uma manifestação da infância, mas também como uma subversão das normas estabelecidas.

Pude compreender que a escola, por sua vez, se caracteriza como uma instituição biopolítica, que sustenta os preceitos heteronormativos e dá continuidade ao cumprimento de vigiar e regular os sujeitos infantis que “cruzam a fronteira” estabelecida pela norma.

As práticas discriminatórias por parte dos colegas e de indiferença dos professores frente a essas situações marcaram a infância escolar da maioria dos/as entrevistados/as. Diante de tal dilema, faze-se necessário produzirmos materiais teóricos e informativos que reflitam junto com a sociedade e comunidade escolar acerca da diversidade sexual e de gênero. Também saliento a extrema importância de problematizarmos essas questões junto aos professores e equipes diretivas, tanto nos cursos de formação inicial quanto continuada. Isso, certamente repercutirá em práticas pedagógicas que tenham princípios de liberdade e respeito com as crianças que se encontram nas nossas escolas de Educação Infantil.

Concluo, dizendo que acredito no potencial dessas discussões para que consigamos compreender as linhas que se tramam e contribuem para pensarmos sobre a(s) infância(s) e a(s) transexualidade(s).

E quanto ao chegar ou não ao fim da viagem, descobrindo ou não os enigmas é uma questão que se torna insignificante, afinal o que vale é poder experimentar os movimentos de idas e vindas e os diferentes caminhos percorridos no qual fui me (re)constituindo enquanto cidadão e educador. Até porque, me valho de Larrosa (2011) que deixa uma mensagem muito singular quando destaca que mesmo a infância permitindo que desvendemos alguma de suas faces, ela sempre ocultará consigo um tesouro de sentido(s) fazendo com que jamais possamos esgotá-la. Com isso, tenho a convicção de que ainda tenho muito a percorrer, cambiar, suspender as certezas e analisar os arranjos e desarrajos que constituem a perspectiva que temos acerca da(s) dos sujeitos infantis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra. **Juventudes e processos de escolarização**: uma abordagem cultural. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ARGÜELLO, Zandra Elisa Argüello. Contos a favor da equidade de gênero. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013. p.112-113.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **"Práticas cotidianas na educação infantil**: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares." Brasília: MEC/UFRGS, 2009.
- BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos**: homens por vir? 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. Identidade legal de gênero: reconhecimento ou autorização? In: COSTA, Horácio et.al (Org.). **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Imprensa oficial, 2010.
- _____.; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2015
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Educação infantil**: práticas escolares e o disciplinamento dos corpos. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.
- DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 475-497, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000200475&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- EWALD, François. **Foucault, a norma e o Direito**. 2. ed. Lisboa: Veja, 2000.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. In: XAVIER FILHA, Constantina. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 45-56.

_____. Sexualidade na infância: dilemas da formação docente. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed: UFMS, 2012. p. 47-58

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 31-40.

_____. Rompendo com os *scripts* de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, no prelo.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. **Quem é o professor homem dos anos iniciais?** Discursos, representações e relação de gênero. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humberto L.; RABINOW, Paul. Michel **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

_____. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GUERRA, Judite. Identidades de gênero e sexual na infância. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed: UFMS, 2012. p. 227 -239.

GUIZZO, Bianca Salazar. Masculinidades e feminilidades em construção na Educação Infantil. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013. p.28-44.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Cotidiano escolar, heteronormatividade e homofobia: por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na escola. In: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias.** Campo Grande, MS: Ed: UFMS, 2012. p. 59-88.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Currículo, gênero e sexualidade - o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira L.; FELIPE, Jane; GOELLER, Silvana V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2011a. p. 43-53.

_____. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento: In: PASINI, Elisiane (Org.). **Educando para a diversidade.** Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 11-13.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2011b.

LUGARINHO, Mário César. Direitos Humanos e Estudos gays e lésbicos: o que nós e Michel Foucault temos a ver com isso? In: COSTA, Horácio et.al (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos.** São Paulo: Imprensa oficial, 2010. p.61-70.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade.** 2008. 266f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14947/000672652.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Infância-esquecimento, Infância-viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 127-141, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **Fronteiras, tensões e prazeres na vivência infanto-juvenil de gênero: um estudo etnográfico e “mãe-biográfico” a respeito da vivência trans durante a infância.** In: REDOR, 18., 2014. p.2643-2660.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

PRECIADO, Beatriz. **Quem defende a criança queer?**. Liberation, 2013. Artigo publicado em 14 jan. 2013 em: <http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfantqueer_873947> e <<http://artilleriainmanente.blogspot.mx/2013/01/beatriz-preciado-quien-defiende-alnino.html>>.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Cláudia Maria. Navegando pelo enigma da sexualidade da criança: “lá onde a polícia dos adultos não adivinha nem alcança”. In: XAVIER FILHA, Constantina. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p.57-70.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Para se pensar sobre a experiência transexual na escola: algumas cenas. **Bagoas: revista de estudos gays**, v.6, n.7, jan./jun. 2012.

SILVA, Alexsander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 484-508, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35–82.

WONDER, Claudia. Criando gênero, fazendo História. In: COSTA, Horácio et.al (Org.). **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Imprensa oficial, 2010. p.283 -292.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-72.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista



Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

Nome:

Idade:

Natural de:

Município em que viveu sua infância:

- 1- Vamos começar por suas memórias da infância. Conte-me como foi esse período da sua vida na família e em especial, na escola.
- 2- Ao longo da sua infância qual a sua sensação diante de seu corpo? Como você se percebia?
- 3- Você percebia alguma reação diferente por parte das pessoas, ao observarem seus gostos e expressões durante o período da infância? Como você lidava com isso? Como sua família lidava com isso? Como a escola lidava com isso?
- 4- Como você foi se percebendo enquanto transexual ao longo da tua vida?
- 5- Nos últimos tempos muito se tem falado a respeito de crianças transgênero/transsexuais. Qual a sua opinião a respeito desse assunto? É possível se falar em crianças trans, em especial quando tratamos com crianças muito pequenas (3-5 anos, por exemplo)?
- 6- Mesmo sabendo que existem opiniões distintas sobre o tema de crianças transgênero/transsexual, como você percebe que a escola de educação infantil interage com tal expressão identitária?
- 7- Se hoje você fosse novamente criança e frequentasse uma escola de Educação Infantil, o que deveria existir no dia a dia dessa instituição que você consideraria importante ou mesmo fundamental?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: Pensando sobre transexualidade e infâncias: reflexões necessárias para a docência na Educação Infantil

COORDENAÇÃO: Jane Felipe

Orientando: Jaime Eduardo Zanette

1. **NATUREZA DA PESQUISA:** Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo refletir sobre transexualidade e infância de forma a qualificar ainda mais o olhar dos professores de Educação Infantil acerca de tal tema. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
2. **PARTICIPANTES DA PESQUISA:** A pesquisa contará com seis entrevistados transexuais Sendo eles três homens e outras três mulheres.
3. **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** No que diz respeito à sua participação é importante destacar que você estará concedendo uma entrevista enfocando sua história de vida pessoal e escolar. Em seguida, terá que autorizar por meio desse termo de consentimento livre e esclarecido, a utilização desse material.
4. **SOBRE O QUESTIONÁRIO:** A entrevista pauta-se na metodologia de cunho narrativo, que se faz norteada por sete questões acerca de sua trajetória de vida pessoal, suas experiências escolares, bem como suas expectativas de uma escola mais equitativa.
5. **RISCOS E DESCONFORTO:** Vale ressaltar que não a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade, nem mesmo à sua integridade intelectual, moral, emocional e física;
6. **CONFIDENCIALIDADE:** Para fins de confidencialidades a identificação dos/das entrevistados/as será preservada e os dados estarão restritamente focados para a pesquisa.

7. **BENEFÍCIOS:** Os benefícios se centrarão no fato de que você estará contribuindo para a construção de um conhecimento sobre docência na Educação Infantil, infâncias, diversidade sexual e transexualidade.

8. **PAGAMENTO:** Não haverá nenhum fim lucrativo em tal investigação, sendo assim, você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por colaborar na construção de tal produção.

Você é livre para recusar participar da pesquisa em qualquer momento, em que ela se encontrar até a efetivação de sua publicação. Essa atitude não lhe causará nenhum prejuízo ou coação. Uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido ficará para você

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato comigo, Jaime Eduardo Zanette, telefone (51) 95790222 ou Prof. Dra. Jane Felipe, telefone (51), orientadora deste projeto de pesquisa.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.